

Todos na Torre:
contributos para a elaboração de um programa de atividades
inclusivas no Museu Condes de Castro Guimarães

Ricardo Alexandre Rodrigues Nunes Filipe

Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia

setembro, 2024

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica da Doutora Patrícia Roque Martins e sob a orientação no local de estágio da Dr.^a Maria Cristina Gonçalves e coorientação no local de estágio da Dr.^a Alexandra Sucena.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um agradecimento às orientadoras: a Doutora Patrícia Roque Martins, a Dr.^a Cristina Gonçalves e Dr.^a Alexandra Sucena. Se com a ajuda da Doutora Patrícia Roque Martins se compreenderam as barreiras existentes nos museus, com o apoio da Dr.^a Cristina Gonçalves e da Dr.^a Alexandra Sucena percebeu-se por que nem sempre é fácil eliminá-las, principalmente em museus de menor dimensão. Dito isto, as três orientadoras mostraram que é importante não desistir e trabalhar para alcançar os objetivos propostos.

Em segundo lugar, importa reconhecer o contributo de todas as pessoas envolvidas no estágio, tanto da equipa do Museu Condes de Castro Guimarães – presente e passada – como de quem participou no evento sobre acessibilidade e inclusão. No museu, foram muitos os almoços na cave, muitas as conversas para passar o tempo e muitas as opiniões escutadas sobre o museu, em particular, e sobre a vida, em geral. Realizaram-se visitas orientadas e demais atividades do serviço educativo, uma Noite dos Museus e houve até espaço para um almoço de Natal e um outro de celebração de reforma. Quanto ao encontro, o mesmo não teria sido possível sem a presença das palestrantes – a Dr.^a Manuela Ralha, a Doutora Carolina Martins e a Doutora Daniella Forchetti – e de todas as pessoas convidadas que representaram as suas organizações. Um bem-haja por terem passado um sábado a falar de um tema tão importante e tão caro a todas e a todos.

Em terceiro lugar, a presença da família foi essencial para chegar a este momento. Acreditaram e insistiram sempre que seria possível e providenciaram amplas oportunidades para estudar, visitar museus e monumentos e conversar sobre dificuldades e momentos caricatos durante o estágio no museu e a redação deste relatório.

Em último lugar, mas não menos importante, fica o agradecimento ao João e ao Alexandre. Sem amigos, sem distrações e sem relaxamento todo este processo teria sido mais aborrecido.

O estágio foi terminado e o relatório foi redigido, mas ficam as memórias, as experiências e os conhecimentos para tornar os museus espaços melhores para todas as pessoas.

Todos na Torre:
contributos para a elaboração de um programa de atividades inclusivas no Museu
Condes de Castro Guimarães

Ricardo Filipe

RESUMO

Neste relatório de estágio, abordam-se os temas da acessibilidade e da inclusão no âmbito dos museus. Estes conceitos são fundamentais para, em primeiro lugar, assegurar que as pessoas, independentemente das suas características, podem participar na atividade museal e, em seguida, tornar as instituições museológicas espaços seguros, interventivos e capacitantes. Porém, verifica-se que os museus são não raras vezes inacessíveis para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda e que frequentemente as equipas não conseguem colmatar estas falhas. Para compreender como estas barreiras surgem e como mitigá-las, analisa-se o Museu Condes de Castro Guimarães e descrevem-se atividades que envolveram pessoas com deficiência para se proporem melhorias que promovam a inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão de pessoas com deficiência; Museologia; Museu Condes de Castro Guimarães; Planificação e programação museológicas

Todos na Torre:
contributions to the development of an inclusive activities program at the Condes de
Castro Guimarães Museum

Ricardo Filipe

ABSTRACT

This internship report addresses the issues of accessibility and inclusion in museums. These concepts are fundamental to, firstly, ensuring that people, regardless of their characteristics, can participate in museum activity and, secondly, making museum institutions safe, interactive and empowering spaces. However, it is often the case that museums are inaccessible to people with disabilities and the D/deaf community, and museum staff often fail to address these shortcomings. To understand how these barriers arise and how to mitigate them, the Condes de Castro Guimarães Museum is analyzed and activities involving people with disabilities are described to propose improvements that promote inclusion.

Keywords:

Accessibility; Inclusion of people with disabilities; Museology; Counts of Castro Guimarães Museum; Museum planning and programming

Índice

Introdução	1
1. O Museu Condes de Castro Guimarães e o município de Cascais	3
1.1. Surgimento e desenvolvimento de Cascais	4
1.1.1. Cascais, a “Riviera Portuguesa”	4
1.1.2. A Costa do Sol e o turismo	5
1.2. As pessoas com deficiência e a comunidade S/surda em Cascais	6
1.2.1. A problemática da acessibilidade na vila de Cascais	6
1.2.2. Dados estatísticos das pessoas com deficiência e comunidade S/surda em Cascais	10
1.2.3. Organizações de e para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda em Cascais	12
2. O Museu Condes de Castro Guimarães	15
2.1. Génese do Museu Condes de Castro Guimarães	15
2.2. O impacto das coordenações do Museu Condes de Castro Guimarães ...	16
2.3. A problemática da gestão bipartida do Museu Condes de Castro Guimarães	24
3. Relatório de Estágio	25
3.1. Resumo das funções realizadas	25
3.2. Atividades realizadas com pessoas com deficiência	26
3.2.1. Visita orientada com pessoas com deficiência visual	26
3.2.2. Visita orientada com a Fundação LIGA	27
3.2.3. Ateliê com utentes da CERCICA	28
3.2.4. Evento “Conversas na Torre de São Sebastião Encontro sobre acessibilidade e inclusão em museus”	30
3.3. Eventos sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda	35

3.3.1. Evento “Dia Nacional das Acessibilidades – II Fórum Inclusivo”... 35	35
3.3.2. Conferência «‘O direito a ter direitos’: Igualdade perante a lei, autodeterminação e direitos humanos»..... 36	36
3.3.3. III Encontro Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património..... 37	37
3.4. Propostas de atividades e melhorias 38	38
3.4.1. O Parque Marechal Carmona como extensão do museu 38	38
3.4.2. A movimentação no interior do museu 42	42
3.4.3 O acesso à informação no Museu Condes de Castro Guimarães..... 43	43
Considerações finais 48	48
Referências 49	49
Anexos I	I

Introdução

Este relatório descreve o trabalho desenvolvido ao longo de sete meses de estágio no Museu Condes de Castro Guimarães (MCCG), uma instituição museológica a cargo da Câmara Municipal de Cascais (CMC) e sob a orientação programática da Fundação D. Luís I (FDLI). Esta imersão na atividade diária do museu permitiu aliar os conhecimentos adquiridos durante o primeiro ano do Mestrado em Museologia à prática em contexto real, para assim compreender como uma instituição de menores dimensões interage com as usufrutuárias e os usufrutuários, hierarquiza as suas preocupações e consegue ou não acompanhar as tendências das práticas museológicas a nível global.

A escolha da instituição de acolhimento deveu-se ao conhecimento íntimo deste museu: o MCCG é uma entidade no concelho de residência do autor, onde o mesmo já realizou um estágio profissional e diversas ações de voluntariado, através das quais foi possível conhecer a equipa. Quanto ao assunto, verificando-se que a acessibilidade e a diversificação de públicos são dois pontos fortes da atual definição de Museu do ICOM (ICOM Portugal, 2022) e crendo o autor que os museus devem ser espaços abertos a todas as pessoas, durante este período de estágio procurou-se refletir sobre como os museus se podem converter em baluartes da defesa dos direitos humanos e da inclusão. Neste caso, focalizou-se como devem ser mais acessíveis para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda¹ e a questão que regeu o relatório de estágio foi “Como pode uma instituição como o MCCG acompanhar a idealização atual de museu e tornar-se mais acessível e inclusiva?” Para encontrar possíveis respostas, dividiu-se a investigação em três momentos.

Em primeiro lugar, analisou-se a localização do museu, o concelho de Cascais. Tendo em conta as características do território em questão e igualmente a temática deste relatório, existem duas grandes questões a ser conjugadas: primeiramente, a história do município e a sua conseqüente ascensão e manutenção como destino turístico de veraneio, por serem elementos indispensáveis para a explicação do surgimento da Torre de São Sebastião, da sua transição para museu e posterior desenvolvimento como tal; posteriormente, uma investigação sobre as realidades das pessoas com deficiência e da

¹ Não sendo menos relevante o estudo das interações entre a população neurodivergente ou com deficiência psicossocial e as instituições museológicas, as pessoas com deficiência física e sensorial e da comunidade S/surda serão o foco deste relatório por ter existido mais contacto com as mesmas.

comunidade S/surda, especificamente estimativas sobre o seu número, algumas das barreiras que poderão enfrentar ao visitar e circular por Cascais e as organizações que as representam e/ou apoiam no concelho.

Num segundo momento, respeitante ao museu, faz-se uma descrição espaço-temporal, enumerando-se primeiro algumas das personalidades que marcam a cronologia do MCCG e as suas ações. Segue-se uma descrição do edifício tendo em vista determinar não só o que requer atenção para proporcionar uma experiência positiva, mas igualmente detalhar as divisões e destacar as peças mais emblemáticas de cada uma. Concluída a apreciação dos elementos físicos, é relevante considerar brevemente a gestão do museu e a sua equipa e quais os problemas que advêm destas questões.

A terceira parte deste relatório inicia-se com resumos do estágio no museu e das conferências e eventos em que o autor participou. No tocante ao que sucedeu na instituição de acolhimento, descrevem-se as atividades que envolveram pessoas com deficiência e as temáticas da acessibilidade e inclusão, nomeadamente a preparação e realização do evento “Conversas na Torre de São Sebastião | Encontro sobre acessibilidade e inclusão em museus.” Os eventos externos servem para ilustrar a relevância da capacitação e da participação contínua em discussões para conhecer novas e distintas perspetivas sobre os temas em análise. Encerrando o capítulo, e tendo por base todo o conhecimento adquirido, apresentam-se propostas de ações e medidas com o intuito de melhorar a ação do MCCG na sua interação com os públicos em estudo, enfatizando que todas devem ser cocriadas e avaliadas por pessoas com deficiência e da comunidade S/surda.

O relatório conclui com as considerações finais

Antes de prosseguir, importa explicitar por que se distingue a comunidade S/surda e se utiliza a letra maiúscula e minúscula (“S” e “s”). Ao contrário do que sucede com, por exemplo, os indivíduos cegos e com baixa visão, que são por norma agrupados sob a designação de pessoas com deficiência (visual), emprega-se o termo comunidade para agregar as pessoas S/surdas pelo facto de comunicarem frequentemente através de uma língua gestual/de sinais, por partilharem uma cultura comum e por rejeitarem uma visão da surdez como um défice, vendo-a como uma marca identitária unificadora (Lima, 2016, pp. 8-9). No que toca à utilização de “S” e “s,” as iniciais distinguem as pessoas que interagem por meio de língua gestual (maiúscula) e as que não o fazem (minúscula).

1. O Museu Condes de Castro Guimarães e o município de Cascais

O MCCG encontra-se “integrado no atual Parque Marechal Carmona (ou da Gandarinha)” (Bairro dos Museus, s.d.), na vila de Cascais. Esta localidade está inserida numa das quatro subdivisões do concelho de Cascais, a União de Freguesias de Cascais e Estoril. Neste município residiam, em 2021, mais de 214 mil pessoas (214.124), distribuídas pelos 97,4 Km² de área que compõem o território (Anexo I; J. M. Henriques, 2014, p. 6). Inaugurado na primeira metade do século XX, ainda que com uma história que remonta ao final de oitocentos, o MCCG é o espaço museológico mais antigo do concelho e foi durante um longo período o único (Almeida, 2012, p. 235). Atualmente, está inserido no Bairro dos Museus (BM), um “*cluster* cultural” que promove a visitação e interação com e entre os diferentes equipamentos culturais da CMC presentes nesta zona histórica e turística (Brás, 2022, p. 46). Em termos de tipologia de instituição museológica, na qualidade de antiga residência legada ao município por um casal nobre, pode-se considerar o MCCG uma casa-museu.

Se nas casas se encontra “o ser humano como centro de micro histórias [sic] inseridas na macro história [sic]” (Rodrigues, 2019, p. 7), ao visitar a residência que habitaram os Condes de Castro Guimarães e contactar com as obras de arte, o mobiliário de uso quotidiano e a própria arquitetura do imóvel   possível compreender alguns hábitos e gostos nacionais e das sociedades europeias oitocentistas e do início de novecentos e, principalmente, vislumbrar parte da cronologia de Cascais e particularidades da vila e concelho. Esta ligação   envolvente seria expectável num museu de relevância municipal, mas como casa-museu o MCCG corporiza inerentemente a evolução do local e cultura em que existe ou   qual está associado, sempre com base na vivência e personalidade de quem habitou o espaço (Faggin, 2019, p. 45; Monge, 2019, p. 10). No seu caso, a indissociabilidade do MCCG em relação a Cascais   observável em vários aspetos, que serão detalhados nas secções abaixo, adiantando-se aqui que o facto de ter sido inicialmente uma residência de veraneio e estar localizado à beira-mar resulta da popularização do turismo balnear na vila a partir do século XIX, e que a presença no

acervo de troféus conquistados em provas desportivas concelhias remete para o surgimento e crescimento na vila de modalidades náuticas.

1.1. Surgimento e desenvolvimento de Cascais

Atualmente sede deste concelho “[a]ninhado entre Sintra, Oeiras e o Oceano Atlântico” (J. M. Henriques, 2014, p. 4), Cascais era no século XIV uma aldeia sob a alçada de Sintra. Permaneceria sob a influência dessa localidade até 1514, ano que marca a concessão de foral pelo rei D. Manuel I e a plena independência do território (J. M. Henriques, 2014, pp. 6, 9, 18). A cisão com Sintra opõe-se à permanente proximidade ao oceano Atlântico que tem mantido até hoje a sua influência², com a pesca a ser a atividade económica historicamente associada ao litoral do concelho (J. M. Henriques, 2014, pp. 12, 15, 16). Todavia, é o surgimento do turismo balnear de verão que confere ao concelho o seu prestígio atual a nível nacional e internacional (J. M. Henriques, 2014, p. 3).

1.1.1. Cascais, a “Riviera Portuguesa”

A popularidade inicial de Cascais como destino de recreio resulta sem dúvida da melhoria dos acessos à vila na segunda metade do século XIX, com destaque para a instalação da via-férrea (J.M. Henriques, 2014, pp. 43, 50-51). Não obstante, tão ou mais importante do que este fator foi a presença de várias gerações da família real na vila, durante a época balnear. “[A]lcancando [...] em setembro de 1867, o estatuto de praia da Corte, pela preferência que lhe foi concedida pela Rainha D. Maria Pia e, depois, pelo Rei D. Luís” (J. M. Henriques, 2014, p. 44), a partir de 1870 a realeza confirma o seu apreço pela vila com a “conversão da antiga casa do Governador da Cidadela no desprezioso Paço de Cascais” (J. M. Henriques, 2014, p. 44). Não se revelando exclusivamente uma vila para banhos de mar, Cascais “transformou-se também na capital do lazer” com o apoio da monarquia, disseminando-se a prática de diversas modalidades

² O próprio museu, pela sua localização à beira-mar, é exemplo da importância do oceano para a imagem e imaginário cascalense.

desportivas, como a natação ou a vela, sendo que em terra as competições passavam pelo futebol e ténis (J. M. Henriques, 2014, pp. 48, 66).

A instalação da corte no Paço de Cascais foi acompanhada de perto pelas famílias íntimas da monarquia e, de resto, por todos aqueles que pretendiam “ver e ser vistos” nos locais em voga na época. Ora, Cascais, como já foi mencionado, era por tradição uma vila piscatória, por isso não existiam nem comodidades, nem acomodações apropriadas para satisfazer e albergar as ilustres personalidades da época (J. A. Henriques, 2016, pp. 27-28). Assim sendo, enquanto a CMC se ocupava de obras de cariz público para melhorar, nomeadamente, as condições de acesso e de saneamento (J. M. Henriques, 2014, p. 44), as famílias abastadas que afluíam à vila construíam sumptuosas residências, com todo o conforto e luxo a que estavam habituadas, para desfrutar das suas temporadas em Cascais. Ao conjunto destas “casas, quase sempre moradias unifamiliares, que foram construídas para uso estival” cujas “opções construtivas e decorativas ... permite[m] ... distingui-la[s] das casas de cidade onde os seus proprietários habitualmente viviam” (Silva, 2010, p. 14), a investigadora Raquel Henriques da Silva deu o nome de “arquitetura de veraneio.”

A Torre de São Sebastião³, o nome pelo qual ficou conhecido o edifício do museu, é resultado deste frenesim de construção civil. A residência insere-se numa das duas vertentes⁴ deste tipo de arquitetura, os “palácios historicistas” (Silva, 2010, p. 15), casas de sonho inspiradas nos contos de fadas que primam pelo seu ecletismo e revivalismo. Aliás, Raquel Henriques da Silva (2010) aponta a Torre de São Sebastião como a habitação “que mais se aproxima dos [...] valores de maravilhoso” (p. 15). Este “surto de vilegiatura” (J. M. Henriques, 2014, pp. 43) que rendeu a Cascais a designação de Riviera de Portugal, revela-se fundamental para explicar a futura exploração da linha de costa do concelho como recurso turístico.

1.1.2. A Costa do Sol e o turismo

Desde as primeiras décadas do século XX até ao final do século, as atenções voltaram-se para o “eixo Cascais-Estoris” [sic] (J. M. Henriques, 2014, p. 70; J. M.

³ O nome deve-se à presença de uma ermida dedicada a São Sebastião nos terrenos em redor da habitação (Soromenho, 2008).

⁴ A outra vertente consiste nos chalés (Silva, 2010, p. 17).

Henriques, 2016, p. 25). Durante este período áureo do turismo em Portugal, registou-se uma explosão do setor hoteleiro e a abertura de várias casas de jogo que conduziram à passagem de numerosas figuras de destaque pelo concelho ao longo dos anos, tanto em busca de entretenimento, como de refúgio (J. M. Henriques, 2014, p. 77). É também durante esta época, mais concretamente em 1931, que o Museu Condes de Castro Guimarães é inaugurado, tornando-se um centro cultural de excelência no seio da vila de Cascais por aí se realizarem concertos, espetáculos de dança e conferências dirigidos a vários tipos de públicos (Almeida, 2012, pp. 237-241, 245; Leandro, 2008, pp. 20-22).

A popularidade da “orla marítima de Parede a Cascais,” conhecida neste período como Costa do Sol (J. M. Henriques, 2016, p. 25), levou a que o concelho ficasse associado a banhos de mar e relaxamento e se mantenha um popular destino turístico. Para o MCCG, esta realidade tem-se traduzido numa afluência de visitantes de diversas origens e com características muito distintas entre si, originando uma diversificação nos públicos que procuram (ou simplesmente se deparam com) o museu (Brás, 2022, p. V). Apesar de ser teoricamente uma consequência positiva, é importante ter em conta que a variedade de pessoas implica igualmente uma multiplicidade de motivações, de níveis de conhecimento e de necessidades específicas às quais o MCCG deve dar resposta. Se mesmo com bastante investimento em meios para fidelizar todas as usufrutuárias e todos os usufrutuários é impossível agradar a todos os indivíduos que interagem com um museu, como os esforços para impulsionar a diversificação dos perfis no MCCG não partiram exclusivamente da instituição, mais difícil será corresponder às expectativas de quem o visita. Isto pode levar os públicos a considerar a instituição subaproveitada, ou pior, capacitista. Neste sentido, aborda-se nas secções seguintes como as pessoas com deficiência e da comunidade S/surda podem ser afetadas por esta falta de adaptações e recursos que promovam a acessibilidade e inclusão no município, em geral, e no museu, em particular.

1.2. As pessoas com deficiência e a comunidade S/surda em Cascais

1.2.1. A problemática da acessibilidade na vila de Cascais

A tradição de Cascais como estância balnear secular tem atraído muitas pessoas para a vila e concelho, optando frequentemente estes indivíduos por conhecer alguns

equipamentos culturais, como é o caso do MCCG. Todavia, a proliferação do turismo massificado não implica que as qualidades de Cascais sejam sentidas por todas as pessoas de igual forma. Na realidade, as necessidades de indivíduos com deficiência e pertencentes à comunidade S/surda, entre outros, tendem a não ser contempladas nesta abordagem tipo “tamanho único” (*one-size-fits-all*) do setor do turismo e por isso podem ser impactados por falhas que resultam, por exemplo, da antiguidade das infraestruturas: o edifício do MCCG é do início do século XX, por isso o espaço não foi idealizado para pessoas com mobilidade reduzida, e ainda hoje não existe elevador. No sentido de evidenciar como esta problemática tem sido sentida e envolve e afeta o MCCG, faz-se uso de duas dissertações de mestrado que têm igualmente como temática a acessibilidade e, como âmbito, Cascais:

- *Turismo acessível para todos, um paradigma emergente e um desafio para a oferta turística. O caso dos espaços museológicos e empreendimentos turísticos de Cascais* apresentada por Cândida Alexandra de Jesus Gonçalves Coelho, datada de 2015;
- *Mobilidade e acessibilidade no centro de Cascais* que resulta da investigação de Jorge Manuel Pinheiro Simão, concluída em 2016.

Iniciando este ponto com o trabalho final de Coelho, a autora demonstra com a sua dissertação a importância do investimento no turismo acessível, pelo claro contributo do mesmo para “uma experiência turística de qualidade para todos os turistas” que “não se centra em criar uma oferta nova [sic] mas sim em potencializar a que já existe” (Coelho, 2015, p. 1), um sentimento comum ao que se pretende nos museus. Contudo, efetuar as alterações necessárias – a nível físico, atitudinal, comunicacional, etc. – requer romper primeiro com preconceitos referentes às pessoas com deficiência e da comunidade S/surda. O julgamento mais recorrente (e que origina a maioria dos obstáculos à melhoria do setor) é a crença de que os indivíduos com deficiência ou pertencentes à comunidade S/surda não fazem turismo (Coelho, 2015, p. 16). Na verdade, o que se verifica é que existem numerosas barreiras que dificultam ou mesmo impossibilitam a fruição do local, nomeadamente a falta de acesso físico, o desconhecimento generalizado de como interagir com este segmento de turistas tão heterogéneo entre si e a falta de informação

detalhada e facilmente consultável sobre o destino no que concerne a sua acessibilidade (Coelho, 2015, pp. 9, 11-12). Esta falta de representatividade é assim uma consequência destas falhas e não se baseia numa aversão das pessoas com deficiência e da comunidade S/surda por fazer turismo, mas no limite, a assunção de que não se pratica certa atividade por falta de iniciativa própria pode acabar erroneamente por ser internalizada (Martins, 2023, pp. 200-201).

Coelho (2015) constata que a desconsideração pela participação das pessoas com deficiência e de membros da comunidade S/surda é por vezes escudada ao se relegar o turismo acessível para a categoria de “turismo de nicho” ou afirmar que os custos para assegurar a acessibilidade são demasiado elevados (Coelho, 2015, pp. 32, 50). A primeira aceção é refutada pelos especialistas desta área de estudo que consideram o turismo acessível relevante e benéfico para fortalecer e diversificar a oferta, e, inclusivamente, condição indispensável para que o turismo seja uma prática universal (Coelho, 2015, pp. 29, 32, 37-38); já o segundo argumento esmorece quando se evidenciam as vantagens de acolher este segmento de mercado, como por exemplo a “preferência de viajar durante a época baixa”, o “alto nível de fidelização [...] e a tendência de viajarem acompanhados, frequentemente por amigos e familiares sem qualquer incapacidade” (Coelho, 2015, p. 37). A situação nos museus é idêntica, pois não só é imperativo certificar que todas as pessoas conseguem aceder ao edifício e aos conteúdos para que uma instituição cumpra verdadeiramente as suas funções, como, pragmaticamente, é benéfico para aumentar as receitas da entidade que a mesma seja visitada por o maior número de pessoas possível.

Partindo destas questões basilares que explicam o número relativamente reduzido de turistas com deficiência ou da comunidade S/surda, a autora toma então como exemplo a vila de Cascais. Coelho (2015) explicita que os espaços culturais – cujos recursos e ações estão normalmente dependentes das vontades políticas internas e autárquicas não eram nem procuravam ser acessíveis ou, quando muito, não iam além da acessibilidade física (p. 84). Além disso não existiam, à época, “estratégias destinadas a captar o segmento da procura com necessidades especiais” (Coelho, 2015, p. 86). Em contraste, no caso dos equipamentos culturais cascalenses, verificam-se atualmente algumas melhorias, como a criação de visitas virtuais ou a disponibilização de conteúdos em Braille, existindo ambos os recursos no MCCG, como se verá adiante.

Passando agora para a investigação de Simão, o mesmo descreve quão verdadeiramente importante é a deslocação livre de quaisquer obstáculos e a importância

da aplicação do conceito de acessibilidade “para que haja igualdade social e para que todas as pessoas, independentemente das suas características, possam utilizar os espaços públicos de uma maneira confortável e segura” (Simão, 2016, pp. 26-27). Assumindo Cascais como caso de estudo, o autor nota falhas claras, mas nem por isso menos comuns no contexto português, no que concerne a promoção e manutenção da mobilidade pedonal. Um dos exemplos mais frequentes é a inutilização dos passeios, espaços preferencialmente destinados aos peões, que por isso se veem obrigados a deslocar-se pela estrada, a procurar um percurso alternativo ou mesmo a evitar zonas que se revelem de difícil acesso. O “descuido na construção dos passeios, tanto na altura dos lancis como na deficiente construção, [os] materiais utilizados (calçada)” e o estreitamento destas superfícies, quer pelo alargamento das vias rodoviárias, quer pela existência de barreiras como “postos [sic] de iluminação, árvores, sinais de trânsito e outros” (Simão, 2016, pp. 27 e 29), afeta especialmente as pessoas com deficiência física e, de entre estas, as que se deslocam em cadeira de rodas. Além deste segmento da população, as pessoas com deficiência visual são também das que mais poderão ser confrontadas com a situação, por igualmente necessitarem de mais espaço pessoal nas suas deslocações – pelo uso da bengala branca e por se fazerem acompanhar de cão-guia – e, no seu caso particular, pela inexistência ou incorreta utilização de pisos táteis (Simão, 2016, pp. 35-36, 42-44, 48). O autor conclui que “a calçada portuguesa é um autêntico pesadelo” por ser “impossível circular neste piso, pela sua irregularidade excessiva e pelos buracos e o desnível entre as pedras” (Simão, 2016, p. 32). No caso do MCCG, existem exemplos de situações logo nas suas proximidades que prejudicam a mobilidade dos indivíduos, nomeadamente numa das entradas do Parque Marechal Carmona em que os passeios têm um desnível e obstáculos que dificultam a sua utilização (Anexo II).

Não obstante a estes factos que põem em causa a circulação autónoma dos indivíduos, deve ser mencionado o investimento positivo recente no serviço de transporte público rodoviário que liga diferentes locais do concelho, os autocarros MobiCascais. Estes transportes são gratuitos para residentes, estudantes e trabalhadores no município, sendo o custo de um bilhete diário, no máximo, 2€ para as restantes pessoas. Isto reduz potencialmente o impacto económico das deslocações na decisão de visitar um museu ou espaço cultural em Cascais. Adicionalmente, os autocarros dispõem de lugar reservado a pessoas que se desloquem em cadeira de rodas e avisos sonoros e visuais das paragens para procurar respeitar a diversidade funcional de quem usufrui do serviço (MobiCascais,

s.d.). No caso do MCCG, existem mesmo paragens de autocarro nas proximidades que merecem estar assinaladas no sítio do Bairro dos Museus.

1.2.2. Dados estatísticos das pessoas com deficiência e comunidade S/surda em Cascais

Por ser um museu municipal e uma casa-museu, como foi já mencionado, o MCCG deve ter primeiramente como público-alvo a comunidade local. De entre os indivíduos que compõem este grupo heterogéneo, importa para este relatório conhecer quantos deles poderão ter deficiência e/ou pertencer à comunidade S/surda para demonstrar quão significativo é o número de pessoas que mais poderá beneficiar de um equipamento cultural mais acessível e inclusivo. Assim sendo, analisam-se em seguida alguns dados estatísticos provenientes do recenseamento da população de 2021 efetuado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Pretendendo-se uma leitura geral da população cascalense, ainda que se reconheça, por exemplo, a implicação de não excluir a população mais envelhecida⁵, consultaram-se dois indicadores considerados relevantes quanta à população com deficiência e pertencente à comunidade S/surda residente em Cascais: a população residente no concelho de Cascais com 5 ou mais anos de idade com dificuldades⁶, estando a tipologia das mesmas discriminadas (Tabela 1), e a proporção da população com dificuldades face ao número total de habitantes em Cascais (Tabela 2).

⁵ A elevada probabilidade de a população sénior ter dificuldade em realizar certas ações deve-se frequentemente a situações de saúde derivadas do avanço da idade e não necessariamente a uma ou mais características de origem congénita ou adquirida(s) ao longo da vida.

⁶ Esta designação é brevemente utilizada pelo autor para ir ao encontro do termo empregue pelo INE e por não se poder afirmar com certeza de que se está somente a tratar pessoas com deficiência e da comunidade S/surda.

Local de residência à data dos Censos	Tipo de dificuldade					
	Ver	Ouvir	Andar ou subir escadas	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Cascais	47 448	22 571	32 032	36 927	12 425	10 190

Tabela 1: População residente no concelho de Cascais com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, distribuída por tipo de dificuldade (Adaptado de <<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011692>>)

Local de residência à data dos Censos	Proporção da população residente com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade
Cascais	36,80

Tabela 2: Proporção da população residente em Cascais com 5 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade (<Adaptado de <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011694>>)

Segundo estes dados, a dificuldade que mais afetava a população verificava-se ao nível da visão (47 448 pessoas), consistindo a dificuldade na memorização ou concentração a segunda dificuldade com maior ocorrência (36 927 pessoas) e seguindo-se as dificuldades na locomoção (32 032 pessoas) em terceiro lugar. Sentiam algum tipo de dificuldade na audição 22 571 pessoas, o que, tendo em conta as pessoas com dificuldade no que toca à compreensão (10 190), indica que um número elevado de pessoas poderia ter de alguma forma dificuldades em transmitir e captar informação, especialmente através da comunicação verbal. Por fim, 12 425 pessoas sentiam dificuldades em realizar ações de higiene pessoal (tomar banho ou vestir-se sozinho). Na sua totalidade, a percentagem de pessoas com dificuldades equivalia a mais de um terço da população residente em Cascais (36,80%), que, como já foi referido, contabilizava 214 124 pessoas. Apesar da abrangência dos dados e da fiabilidade do INE, não se pode

afirmar que todos os dados correspondam às realidades das pessoas com deficiência ou, mais corretamente, que sejam verdadeiramente representativos do número de pessoas com deficiência ou da comunidade S/surda.

Em primeiro lugar, devido à forma como foram recolhidos os dados – a pergunta sobre incapacidade era facultativa, logo foi muito provavelmente ignorada por pessoas com deficiência e da comunidade S/surda (Fortuna, 2023; Pinto et al., 2023, p. 14); em segundo lugar, nem todos os indivíduos com dificuldade em realizar certas atividades são pessoas com deficiência ou pertencem à comunidade S/surda – por exemplo, uma pessoa idosa podia sentir dificuldades na realização de algumas das ações questionadas, mas não ter uma deficiência congénita ou adquirida ou pertencer à comunidade S/surda, e responder afirmativamente às questões. Já o oposto pode ser igualmente verdade – uma pessoa normovisual, que não tinha deficiências físicas, conseguia ouvir e interagir eficazmente com outras pessoas em Língua Gestual Portuguesa (LGP) ou outra língua gestual/de sinais ou ainda através de outros meios por não conseguir oralizar, poderia não se ter revisto nas categorias apresentadas e, em teoria, ter respondido negativamente a todas as perguntas sobre dificuldades. Pesem embora as fragilidades mencionadas, é possível compreender que uma percentagem assaz relevante da população de Cascais beneficiaria de serviços e espaços que respeitem e valorizem as suas características, logo cabe a instituições públicas como o MCCG dar o exemplo através de ações e atitudes promotoras da acessibilidade e inclusão.

1.2.3. Organizações de e para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda em Cascais

Se a recolha de dados no formato descrito supra pôde ser vista como uma forma de apagamento de minorias (Fortuna, 2023), importa perceber que esforços estão a ser realizados para colocar as pessoas com deficiência e a comunidade S/surda em primeiro plano. Para alcançar esse objetivo, fez-se um levantamento de algumas das organizações presentes no concelho de Cascais que apoiam e representam indivíduos com deficiência e da comunidade S/surda (Tabela 3).

Nome da organização	Fundação / início de atividade	População-alvo
Associação de Surdos da Linha de Cascais (ASLC)	09 de abril de 1996	Pessoas da comunidade S/surda
Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo (AIDP)	Anos 80 do século XX	Idosos e pessoas com deficiência
Associação Portuguesa de Deficientes (APD)	1972	Pessoas com deficiência
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)	02 de fevereiro de 1962	Pessoas com deficiência intelectual
Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA)	02 de julho de 1966	Pessoas com deficiência física
Centro de Reabilitação e Integração e Deficientes (CRID)	01 de março de 2000	Pessoas com deficiência
Cooperativa de Educação, Reabilitação e Capacitação para a Inclusão em Cascais (CERCICA)	11 de março de 1976	Pessoas com deficiência intelectual e neurodivergentes
Lar da Boa Vontade (LBV)	1964	Pessoas com deficiência física
Lar Residencial Branco Rodrigues	1913	Pessoas com deficiência visual

Associação Novamente	2010	Pessoas com dano cerebral adquirido (frequentemente multideficiência)
Santa Casa da Misericórdia de Cascais (SCMC)	1551	Pessoas com deficiência intelectual e psicossocial

Tabela 3: Algumas organizações de e para pessoas com deficiência presentes em Cascais

A maioria das organizações constantes no quadro anterior foi criada e trabalha em benefício de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, com o intuito de colmatar as falhas existentes na capacitação e inclusão dos indivíduos pela sociedade. Em termos de organizações *de* pessoas com deficiência ou da comunidade S/surda, a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e a Associação de Surdos da Linha de Cascais (ASLC) consistem em dois bons exemplos de como o associativismo entre pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, respetivamente, pode contribuir para a representatividade e desenvolvimento de laços entre pessoas com características, mas também interesses, semelhantes.

O MCCG já contactou com algumas destas organizações para com elas desenvolver atividades: a Cooperativa de Educação, Reabilitação e Capacitação para a Inclusão em Cascais (CERCICA), o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA) e a Santa Casa da Misericórdia de Cascais (SCMC), esta última mediada pelo Centro de Apoio Social do Pisão (CASP) que acolhe pessoas com deficiência psicossocial.

No caso da CERCICA, a equipa do museu desenvolve ocasionalmente atividades do serviço educativo com utentes da instituição e o autor foi informado que tinham sido positivas. No entanto, foi possível participar numa delas durante o estágio e compreendeu-se que existem aspetos a melhorar, nomeadamente a nível da comunicação e colaboração entre a entidade e o museu. Este assunto será retomado adiante.

A dinamização de atividades com o CMRA envolve as crianças que aí se encontram internadas e em recuperação, estando as deslocações ao local e os contactos à distância ambos incluídos no projeto Teleaula/Escolas de Hospital («Apresentação», s.d.). Esta é uma iniciativa comum aos equipamentos do BM e, no caso do MCCG, envolve explicações sobre a história e características do museu e as pessoas que habitaram a antiga

residência e a realização de oficinas com materiais diversos para sedimentar as aprendizagens (CMRA, 2024). Foi igualmente partilhado com o autor que as atividades têm resultados positivos e o mesmo pode ser lido nas publicações da Escola do CMRA.

Finalmente, a ação desenvolvida em colaboração com o CASP consistiu na criação e exposição de trabalhos artísticos sobre o museu desenvolvidos pelos beneficiários desta entidade. Os resultados foram extremamente positivos, segundo o que foi possível apurar, e é o melhor exemplo de uma estreita interação mutuamente benéfica entre o MCCG e pessoas com deficiência.

2. O Museu Condes de Castro Guimarães

2.1. Génese do Museu Condes de Castro Guimarães

A Torre de São Sebastião, o edifício que define e (de)limita o MCCG contém elementos de propostas iniciais do cenógrafo Luigi Manini (Leandro, 2008, pp. 13-14), mas esta habitação junto à enseada de Santa Marta foi planeada por Francisco Vilaça e erigida em 1900, como casa de veraneio para Jorge O'Neill (1849-1925). “[H]omem ligado à política ... à finança e à indústria do tabaco”, mas também à imprensa (Leandro, 2008, p. 12), O' Neill e sua família habitaram sazonalmente a casa até 1910. Nesse ano vendê-la-ia ao Conde Manuel de Castro Guimarães (1858-1927), “seu sócio e amigo” pela quantia de “trinta e seis contos” (Leandro, 2008, p. 16).

Advogado formado em Coimbra e diretor de banco a nível profissional, Manuel Inácio de Castro Guimarães era nos tempos livres um diletante apaixonado pela música de órgão, mas igualmente por livros e pela jardinagem (Leandro, 2008, p. 17). Além disso, e corroborando o que fora dito anteriormente acerca da popularidade do desporto nesta época, o Conde esteve envolvido, por exemplo, em corridas de carruagens e provas náuticas (Leandro, 2008, p. 17). Em conjunto com sua esposa, Maria Ana de Andrade (de Castro Guimarães) (1839-1924), Manuel de Castro Guimarães conviveu de perto com a Família Real, tendo sido agraciado com o título de Conde por D. Manuel II cerca de um ano antes da implantação da república (Leandro, 2008, p. 18).

A segunda proprietária e o segundo proprietário realizaram algumas alterações à configuração da residência, nomeadamente a supressão parcial do primeiro piso para a

instalação do órgão de tubos e do teto em caixotão que conferem à Sala da Música a sua designação, o encerramento de um dos terraços para a instalação da nova sala de jantar – pois a anterior fora convertida em biblioteca – e a construção de um anexo para albergar a cozinha (Leandro, 2008, p. 18), hoje sala de exposições temporárias e de ateliês. Além da personalização a nível arquitetónico, o casal foi decorando a seu gosto a Torre de S. Sebastião, estando os seus objetos atualmente dispostos nas diferentes salas do museu. Em 1924, com o falecimento de sua esposa e confrontado com a inexistência de descendentes, Manuel de Castro Guimarães altera o seu testamento. Deixaria a casa, todo o seu recheio, os terrenos em seu redor e “uma quantia avultada em dinheiro” ao Município de Cascais com o intuito que se inaugurasse na sua habitação um museu e biblioteca pública (Brás, 2022, pp. 17-18). Requisita em contrapartida à autarquia que o casal não deveria ser apartado do seu legado, permanecendo ambos nos limites da propriedade, num jazigo a ser construído. O Conde morre três anos mais tarde e os seus desejos são respeitados: primeiro em 1931, com a abertura do Museu-Biblioteca (Leandro, 2008, pp. 18-19), e em 1936, com a transladação dos restos mortais para o “Sítio dos Cedros” (Silva, 2008, p. 44).

2.2. O impacto das coordenações do Museu Condes de Castro Guimarães

O facto de se manter aberto há mais de nove décadas implica que uma multiplicidade de pessoas tem estado envolvida no funcionamento do MCCG e, de entre estas, contam-se vários indivíduos de destaque no panorama museológico nacional. Merecem destaque: João Couto, não só por ter sido o primeiro conservador, mas pela preocupação, em concertação com José de Figueiredo – outra importante figura da museologia portuguesa – por propiciar desde o início um espaço de aprendizagem e entretenimento, através da organização de concertos, eventos de dança e conferências e da incorporação de objetos que complementassem as coleções existentes (Almeida, 2012; Brás, 2022, pp. 22-26; Leandro, 2008, pp. 19-22); Branquinho da Fonseca, pelo seu contributo para a literacia da população cascalense, com a introdução dos empréstimos domésticos e da primeira biblioteca itinerante a nível nacional, em 1953 (Almeida, 2012; Brás, 2022, pp. 26-29; Leandro, 2008, pp. 24-25); Maria Alice Beaumont, por encetar o serviço educativo no museu em 1964, de modo a aproximar as comunidades ao museu e vice-versa (Brás, 2022, pp. 29-30; Leandro, 2008, pp. 25-26).

Ainda que não tenham, atualmente, a reputação de algumas das pessoas que ocuparam o mesmo cargo ao longo do tempo, mais recentemente são de ressaltar as alterações efetuadas durante os mandatos de José António Proença entre 2006 e 2019 e de Maria Cristina Gonçalves, sua sucessora e coordenadora do museu à data deste relatório. Durante a coordenação de José António Proença, no que toca à acessibilidade, converteu-se um lavabo de serviço numa casa de banho acessível e instalou-se uma rampa de acesso ao edifício⁷ (Brás, 2022, pp. 34-38) e foi já durante a ocupação do cargo por Maria Cristina Gonçalves que se procurou expandir estes investimentos com a introdução da visita virtual (*Explore Museu Condes de Castro Guimarães | Cascais in 3D*, s.d.), especificamente durante o confinamento obrigatório motivado pela pandemia de COVID-19, e de um guia em Braille.

2.3. O Museu Condes de Castro Guimarães visto de fora

A Torre de São Sebastião ocupa um lugar de destaque junto à enseada de Santa Marta, como repara Leandro (2008) com a descrição “casa com aroma de mar, palácio quase barco que não baloiça pela força da sua torre” (pp. 11-12). Este “[p]alacete eclético e revivalista,” congrega na sua arquitetura pormenores românicos, góticos, árabes e manuelinos (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, s.d.). De “planta rectangular irregular,” o “corpo principal, evoluindo em torno de um claustro e com vários terraços, possui ampla decoração de influência manuelina e gótica,” com o torreão, “animado com janelas geminadas, balcões, gárgulas e cachorradas de inspiração medieval e telhados de perfil curvo, beiral saliente e varandas alpendradas de sabor tradicional” (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, s.d.), a representar um dos corpos mais notáveis da construção. A partir desta descrição compreende-se a razão pela qual a visita no MCCG é frequentemente de ocasião, para não dizer accidental: “tentados a procurar referências, matrizes e semelhanças” no exterior (Leandro, 2008, p. 11), muitos indivíduos deparam-se com o edifício aberto e decidem entrar para conhecer o interior.

⁷ Relativamente ao sanitário e à rampa, o período referido deixa imediatamente transparecer que as obras teriam sido o resultado da adoção das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, algo que foi corroborado através de uma pesquisa documental no arquivo do MCCG.

2.4. As divisões e objetos do Museu Condes de Castro Guimarães

No interior do museu, cada divisão apresenta uma estética própria e todas dispõem e expõem objetos e características arquitetônicas relevantes, descritos por meio de textos de sala e legendas em português e inglês. Em seguida, apresentam-se resumidamente os espaços e os seus aspetos positivos e negativos, que se podem revelar oportunidades de aprendizagem ou barreiras à fruição dos conteúdos do museu.

O Claustro é um “espaço de delicada atmosfera hispano-árabe” cuja figura central é uma fonte com leão de pedra (Leandro, 2008, p. 29) (Anexo III). Destacam-se aqui os arcos de volta perfeita neorromânicos que “descarregam o peso das paredes sobre colunas” (Leandro, 2008, p. 28) colunas estas que convidam à observação e/ou ao toque para perceber os diferentes elementos e texturas que as compõem. Por seu lado, as paredes estão revestidas por “painéis azulejares, de inspiração hispano-mourisca de Toledo”, mas que são na verdade bordalianos, das Caldas da Rainha (Leandro, 2008, p. 29). Além destes, encontram-se também “ornamentos cerâmicos” de carácter religioso que copiam os modelos “da família Della Robbia” (Leandro, 2008, p. 29). Em termos de barreiras, os canteiros desprotegidos podem provocar acidentes, nomeadamente envolvendo pessoas com deficiência visual.

Entrando na Sala Amarela, cujo nome advém da cor do revestimento de damasco que cobre as paredes, percebe-se através dos trevos constantes na porta, na lareira e no teto em masseira a outra designação do espaço: Sala dos Trevos. Estas representações da planta são testemunhos da ascendência irlandesa do primeiro proprietário da Torre de São Sebastião, Jorge O’Neill (Leandro, 2008, pp. 30-31). No caso da segunda dona e do segundo dono, estes estão presentes por meio dos seus retratos, pintados por Vittorio Matteo Corcos (1859-1933), em 1904 (Falcão, 2008, pp. 90-92). No que toca a outros objetos, o tremó “do período neoclássico” é um dos mais visualmente chamativos, pelos pormenores como “grinaldas, um cesto de flores, contas ou pérolas perfiladas”, e é também profícuo para explicar como se iluminavam as residências na época (Proença, 2008, p. 123).

O “órgão de desenho neogótico” com 1170 tubos, instalado em 1912, e o damasco que cobre as paredes da divisão anexa à Sala Amarela/dos Trevos conferem-lhe as suas

duas designações: Sala da Música ou Sala Vermelha (Leandro, 2008, pp. 32-33). Os antepassados do conde são aqui celebrados pelos diversos retratos que adornam as paredes e pelos brasões que cobrem o teto (Leandro, 2008, pp. 32-33; Falcão, 2008, p. 93). Nestas duas salas, as principais barreiras à acessibilidade consistem na forma como o mobiliário está disposto e na utilização de tapetes para cobrir o chão.

A Sala Neogótica, cujo nome se deve ao teto que “apresenta uma cobertura nervurada seguindo o gosto neogótico, cruzado com elementos neomanuelinos” (Leandro, 2008, p. 33), serve de ligação a outros espaços do rés do chão. Aqui destacam-se o bufete e os contadores, cujas pernas torneadas e gavetas com aplicações em latão merecem ser observadas e/ou tocadas (Proença, 2008, pp. 117-118, 130-131). Além destes, numa vitrina, estão dispostos os prémios recebidos por Manuel de Castro Guimarães em diversas competições desportivas (d’Orey, 2008, p. 144). Nesta sala é necessário ter em atenção o piso, que se torna escorregadio em dias mais húmidos, e a disposição dos objetos, nomeadamente o bufete que ocupa o centro da sala.

A Biblioteca corporiza a paixão do conde pelos livros e encontram-se neste espaço cerca de 3000 obras, divididas por várias estantes, cujos assuntos vão das ciências sociais e humanas à jardinagem, passando também pelo direito, literatura portuguesa e estrangeira e história e música (Júdice, 2008, pp. 63-67; Leandro, 2008, pp. 33). Entre eles, *A Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques*, “manuscrito de Duarte Galvão do século XVI” (Júdice, 2008, p. 64), é a obra mais importante da coleção dos Condes de Castro Guimarães. Esta deve a sua “celebridade [...] à representação da cidade de Lisboa” antes da sua devastação pelo terramoto de 1755 (Pereira, 2008, pp. 69-73). Na Biblioteca, a estreiteza da porta de acesso e a disposição dos objetos, especialmente a vitrina que protege a Crónica e se encontra no centro da divisão, são potenciais barreiras à fruição do espaço.

A Sala de Jantar contém muitos dos objetos pertencentes às coleções de cerâmica e ourivesaria do Museu e, para exemplificar o seu uso, procura-se recriar a sua disposição sobre a mesa de jantar. Em termos de pormenores arquitetónicos distintivos, são curiosos a fonte que se encontra no topo da sala e o “portal de recorte tardo-gótico-oitocentista” que permite aceder à escada para os pisos superiores (Leandro, 2008, p. 34). Dado que a maior parte da sala está vedada por uma barreira de metal, há que ter em atenção potenciais colisões com essa mesma estrutura, objetos aí existentes como os armários-louceiros e outras pessoas que se desloquem no espaço.

O Escritório finaliza o piso térreo (Anexo IX). É um “pequeno compartimento que recorre a elementos neogóticos e neomanuelinos na sua decoração” e no qual o órgão portátil, “um dos pouco móveis datados” (Proença, 2008, p. 119), com a inscrição “Era de 1753,” e decoração que procura imitar “a laca ou charão oriental” (Proença, 2008, p. 120) é uma das peças mais interessantes. De notar também são o detalhado contador espanhol, conhecido como “*bargueño* ou *vargueño*, com tampa de rebater e pegas laterais que indiciam [sic] tratar-se de uma peça de transporte” (Proença, 2008, p. 129) e o bufete de estrado, peça de mobiliário que representa “uma tradição mourisca que permaneceu até bastante tarde em Portugal” (Proença, 2008, p. 117). O acesso pela Sala Neogótica é demasiado estreito, com a disposição dos objetos a exacerbar potencialmente a experiência para pessoas com deficiência visual ou pessoas com deficiência física que utilizem cadeira de rodas (Leandro, 2008, p. 34).

Completada a visita a este piso, as pessoas com deficiência e da comunidade S/surda são confrontadas com uma das maiores barreiras físicas à plena fruição: a inexistência de elevadores, plataformas elevatórias ou quaisquer outros meios alternativos que permitam a ascensão aos pisos superiores. Para quem consegue subir a escada de pedra em espiral, que não tem patamares intermédios e nem sempre tem corrimão, é possível aceder ao segundo andar e ao Torreão (Anexo X). No segundo e terceiro andar, devido às menores dimensões da maioria das salas, deve existir um cuidado transversal a todas as divisões para evitar danos materiais e pessoais e a acumulação de pessoas que possam dificultar a passagem e causar *stress*.

A primeira divisão que se pode visitar é a Sala de Chá (Anexo XI). Aqui é de especial interesse a mesa pé-de-galo, assim denominada pelo facto de se apoiar “em três pernas curvas [...] terminando em pé de garra e bola de nervuras, mais ou menos vincadas” (Proença, 2008, p. 121) e cujo tampo pode ser rodado para que todos os recipientes e utensílios fiquem ao alcance das e dos comensais. No tocante às características arquitetónicas, “[a]s paredes forradas por painéis de madeira (*boiserie*), a lareira de canto, forrada com painéis de azulejos de origem portuguesa de diferentes padrões” e o “tecto de madeira com florão central e afinidades mouriscas” conferem a este espaço um ambiente acolhedor (Leandro, 2008, p. 37).

Penetrando no antigo Quarto dos Condes de Castro Guimarães (Anexo XII), percebe-se que se trata de um “[e]spaço de grande sobriedade arquitetónica glosada pela simplicidade do tecto em caixotão,” (Leandro, 2008, p. 38). Além dos “leitos de cabeceira

maciça, um executado em mogno e outro em pau-santo” (Proença, 2008, p. 124), estão expostos “peças de toucador” e um porta-bouquet (Leandro, 2008, p. 38).

O espaço da antiga sala de vestir da Condessa é desde 1938 a Sala José de Figueiredo (Anexo XIII), pois muitos dos objetos aqui expostos consistem no “legado deste historiador, museólogo e crítico de arte” (Baião, 2014, pp. 575, 577-580; Leandro, 2008, p. 36). Protegida por uma vitrina, observa-se aqui uma rara caixa de chá chinesa “lacada de negro, com diferentes composições nos quatro lados” e decorada com “uma profusão de árvores, arbustos, figuras e aves pintados ou desenhados com incrustações de madrepérola” (Proença, 2008, p. 132) (Anexo XIV). Verifica-se aqui especialmente a problemática da disposição dos objetos, nomeadamente devido à mesa e cadeiras que ocupam as laterais e o centro da sala.

A Sala dos Contadores é marcada pelas ligações que estabelece entre três continentes: o continente europeu, aqui representado pelas pinturas nas paredes (Falcão, 2008, pp. 96-97); o continente americano, pela ourivesaria fluminense e baiana no interior de uma vitrina (d’Orey, pp. 135-136, 138); o continente asiático, pelos contadores indo-portugueses que conferem o nome à divisão e por um biombo chinês (Proença, 2008, pp. 125-126, 131-132) (Anexo XV). Novamente se aplicam aqui as advertências relativamente à disposição dos objetos, que neste caso são de grande volume.

Última divisão deste piso, a Galeria é o local de exposição de diversas obras de arte “dos séculos XIX e XX, preferencialmente de gosto romântico, naturalista, tardonaturalista e simbolista” existentes no acervo do museu (Leandro, 2008, pp. 38-39) (Anexo XVI). Encontram-se aqui obras de artistas como Miguel Ângelo Lupi, João Vaz ou Carlos Bonvalot, com este último a ocupar o cargo de conservador entre 1932 e a sua morte, em 1934.

Por fim, o Torreão, tal como a Sala Amarela, é um lugar de evocação do “primeiro proprietário da casa” por meio do teto. Aí figuram o brasão e mote da família O’Neill e também os escudos de armas dos seus ascendentes, tanto portugueses como irlandeses (Leandro, 2008, p. 40). Os “frisos murais, e [...] a *boiserie* de feição neogótica,” assim como a decoração da lareira “com painéis de azulejos hispano-mouriscos” são outros elementos de relevo neste “lugar onde se guarda o núcleo de armaria da colecção do museu.” (Leandro, 2008, p. 40). Não obstante a beleza do seu interior, esta divisão é visitada pela possibilidade de aceder ao exterior e contemplar a vista sobre Cascais e sobre

o oceano, algo impossível para pessoas com e mesmo sem deficiência que não consigam ascender pela estreita escada de acesso ao varandim.

2.5. As barreiras do Museu Condes de Castro Guimarães e suas consequências

A descrição da secção anterior demonstrou como o museu apresenta amplas oportunidades para que as suas e os seus visitantes adquiram conhecimento sobre diversas temáticas, mas também reflete as barreiras resultantes de se tratar de um museu instalado num edifício supercentenário que não foi substancialmente alterado (Brás, 2022, p. 57), e que dificilmente o poderá ser pela sua classificação como património imóvel de interesse público.

Além das questões arquitetónicas e físicas, os detalhes a que se fez referência são frequentemente ininteligíveis para quem visita o museu e não tem conhecimentos de temas de História, História de Arte, Arquitetura, Pintura, etc. De facto, mesmo com acesso aos textos de sala e legendas *in situ* ou às informações disponibilizadas na visita virtual ou ainda ao Roteiro do MCCG, pode suceder que um usufrutuário não compreenda os conceitos. Exemplificando, são referidos estilos arquitetónicos ao longo da visita, mas se não se souber a que século correspondem ou que pormenores caracterizam esse movimento, a informação está incompleta e não é verdadeiramente útil. Esta situação só piora quando os públicos são pessoas com deficiência, particularmente visual e intelectual, e da comunidade S/surda.

Finalmente, as atividades do serviço educativo são bastante condicionadas pela possibilidade de os indivíduos acederem ou não os espaços, conteúdos e materiais. Por exemplo, uma pessoa com deficiência visual poderá não só ter dificuldades em orientar-se no museu sem o apoio de um membro da equipa do MCCG ou da sua ou do seu acompanhante, como poderá não captar tudo o que for mencionado se as referências forem estritamente visuais e não existir a hipótese de interagir através do tato, mas também da audição ou do olfato. Algumas das atividades do MCCG e como servem ou não pessoas com deficiência serão analisadas mais adiante na secção relativa ao estágio. Em todo o caso, o museu não cria ou adapta frequentemente espaços e conteúdos que permitam a pessoas com deficiência ou da comunidade S/surda apreender de forma autónoma a mesma informação que visitantes com funcionamento normal acedem. Em

seguida, compilam-se numa tabela alguns exemplos das falhas do museu em relação às pessoas com deficiência e da comunidade S/surda (Tabela 5).

Características dos indivíduos	Barreiras
Deficiência física	Ascensão somente por escadas
	Distribuição do mobiliário nas salas
	Localização dos textos de sala
Deficiência visual	Foco exclusivo na componente visual
	Pouca informação em formatos alternativos
	Guia em Braille ineficaz e pouco prático
	Distribuição do mobiliário nas salas
	Visita virtual sem componente aural
Deficiência intelectual	Textos demasiado complexos
	Inexistência de recursos mais acessíveis
Pessoas Surdas	Falta de conteúdos em LGP
	Inexistência de intérpretes de LGP

Tabela 5: Algumas das barreiras verificadas no Museu Condes de Castro Guimarães

No caso do guia em Braille mencionado anteriormente, ainda que seja um elemento positivo, apresenta fragilidades que corroboram o desconhecimento de como facilitar a visita para pessoas com deficiência visual. Ao estar em português, ser composto por 51 páginas e só poder ser utilizado no interior do museu, estas condições levam a três potenciais cenários distintos: não é utilizado, pois nem todas as pessoas com deficiência visual dominam o sistema Braille ou a língua portuguesa; a consulta é realizada antes e/ou depois da visita, visto que o guia se encontra na receção; quem visita

aceita transportar uma resma de papel, ocupando uma das mãos durante todo o percurso, o que é contraproducente quando se pretende que a pessoa com deficiência visual toque em alguns objetos e se sabe que uma das mãos está, por norma, a segurar a bengala branca ou o arnês do cão-guia.

A visita virtual também não está livre de problemas, dado que não existem conteúdos além de imagens e texto em língua portuguesa, o que dificulta o aproveitamento deste recurso por parte do público com deficiência visual ou que não compreende o idioma, por exemplo. Dado o âmbito deste trabalho, algumas soluções ou estratégias para suavizar estas barreiras serão apresentadas no final do próximo capítulo.

2.3. A problemática da gestão bipartida do Museu Condes de Castro Guimarães

O MCCG está integrado nos serviços camarários desde 1951 (Braz, 2022, p. 28) e, há cerca de uma década (2015), “a gestão da programação e a bilhética [...] passa[r]am a ser feitas pela Fundação D. Luís I” (Brás, 2022, p. 36, 54). A transição de um modelo de administração autónoma para o de uma instituição dependente das vontades políticas autárquicas tem dificultado, desde os anos 1950, a agência do MCCG e dos seus dirigentes (Brás, 2022, p. 39), que em praticamente todas as matérias passaram a necessitar de aprovação superior, situação que tem inclusivamente posto em causa a integridade do MCCG (Brás, 2022, pp. 78-79).

Mais recentemente, com a intervenção da Fundação D. Luís, surgiram outras questões como a desativação do *site* do MCCG, que passou a estar integrado com os outros equipamentos culturais de Cascais (Brás, 2022, p. 36) ou o pagamento de bilhete para visitar o museu (Brás, 2022, p. 72-73). Estas alterações revelam-se negativas, dado que se verifica uma carência de informações detalhadas sobre acessibilidade disponíveis em sítio online próprio, bem como a inexistência de bilhetes que tenham em consideração os custos superiores que as pessoas com deficiência e da comunidade S/surda podem ter de sustentar para aceder aos equipamentos culturais.

3. Relatório de Estágio

3.1. Resumo das funções realizadas

O estágio no Museu Condes de Castro Guimarães teve o seu início em outubro de 2023 e término em maio de 2024, cumprindo-se as 800 horas de serviço regulamentadas pela NOVA FCSH. Em termos das funções exercidas, estas assemelharam-se às de técnico superior, dividindo-se maioritariamente entre a investigação para benefício do museu e o planeamento e a realização de atividades.

Considerando a atividade de pesquisa, os conhecimentos adquiridos foram sendo divulgados com o intuito de auxiliar e sensibilizar a equipa. Partilhou-se o texto “Do que falamos quando falamos em capacitismo nos museus?” (Salasar, 2024), pela sua explicação simplificada sobre as perspetivas históricas em relação às pessoas com deficiência e da comunidade S/surda e as barreiras incapacitantes enfrentadas pelas mesmas, e uma compilação de termos apropriados em relação a pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, segundo as publicações “Como (e quando) falar da deficiência” (Alexandre & Vlachou, 2023) e “A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade” (Sousa & Vlachou, 2020).

A primeira medida direcionada para o público foi alteração de um documento informativo para torná-lo mais legível para pessoas com baixa visão, segundo as normas de acessibilidade indicadas pela Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO): adotou-se o tipo de letra Tahoma, aumentou-se o tamanho da fonte, o texto foi alinhado à esquerda, o espaçamento foi aumentado e introduziu-se uma linha orientadora da leitura. O conteúdo original foi mantido, assim como as traduções do mesmo para inglês, espanhol e francês. A segunda medida, igualmente simples, mas eficaz, foi o empréstimo dos bancos portáteis do museu para tornar a visitação mais cómoda. Nenhum dos assentos foi adquirido propositadamente para o efeito, passando-se meramente a deixá-los na receção em vez de os guardar e utilizar somente em atividades específicas.

No que toca à participação em atividades do MCCG, surgiram quatro oportunidades de interação com visitantes com deficiência: três atividades foram planeadas e realizadas pelo serviço educativo do museu, tendo sido possível acompanhá-las – duas visitas orientadas e um ateliê de pintura de azulejos; uma foi preparada e levada a cabo pelo autor com o apoio da equipa do museu – um encontro dedicado às temáticas

da acessibilidade e inclusão em museus. Estes eventos serão descritos de forma mais detalhada em seguida, principalmente este último.

3.2. Atividades realizadas com pessoas com deficiência

3.2.1. Visita orientada com pessoas com deficiência visual

A primeira visita teve lugar em fevereiro, tendo sido requisitada por duas pessoas de origem neerlandesa, pai e filho, ambas com deficiência visual. Esta atividade ficou a cargo de Alexandra Sucena, técnica superior no MCCG e coorientadora do autor no local de estágio, e a comunicação foi efetuada em inglês. Além de se mencionar as informações que são partilhadas em qualquer visita orientada, houve oportunidade para tocar em alguns dos objetos em exposição que não apresentavam riscos de conservação. Pese embora esta adaptação, a visita serviu para corroborar as barreiras a pessoas com deficiência visual mencionadas no capítulo anterior.

Em primeiro lugar, a visita surgiu devido à impossibilidade deste par de visitantes realizar uma visita autónoma. Nos dias que antecederam a atividade, os indivíduos tentaram conhecer o museu, mas a falta de acompanhamento personalizado, a dificuldade em apreender o conhecimento presente no museu – relembra-se que o guia em Braille está em português – e o facto de se deslocarem num espaço desconhecido levaram-nos a desistir.

Em segundo lugar, observou-se o quão necessárias são adaptações, alterações e adições ao percurso museológico, pois os visitantes não puderam ter acesso à mesma quantidade e qualidade de informação que a generalidade de visitantes tem à sua disposição. Tal deveu-se ao facto de que não existiam materiais ou recursos alternativos a textos escritos em português e inglês e de nem sempre se ter verificado a possibilidade de se aproximarem dos objetos. Mesmo aqueles que puderam ser tocados não constituíram um número elevado e representativo da diversidade de peças do museu e nem foi possível investir o tempo necessário para os explicar e percecionar devidamente. Adicionalmente, houve um cuidado redobrado para certificar que não ocorriam colisões com objetos expostos, dadas as características destes dois visitantes e a inexistência de recursos ou materiais acessíveis que indicassem a presença de obstáculos. Finalmente, a escada de acesso aos pisos superiores revelou-se um foco de perigo, pois o seu corrimão

não acompanhava na totalidade os degraus. Isto conduziu a uma sensação de insegurança e um dos visitantes, mesmo estando acompanhado pelo autor, esteve em risco de cair.

Em terceiro lugar, ficou patente a dificuldade em abandonar a excessiva dependência na informação visual. A colaboradora e o autor foram informados que ambos os indivíduos retinham alguma capacidade visual, mas o facto de se apresentarem como pessoas com deficiência deveria ter orientado os esforços para seleccionar a informação mais relevante a captar e transmiti-la (também) de outro modo. Por exemplo, no caso de objetos preservados em vitrinas, em vez de se informar brevemente o que são e que estão protegidos por vidro, teria sido mais relevante enveredar por descrições claras, ainda que concisas, sobre a forma, a cor e o uso dessas peças. Procurando melhorar a situação, o autor ofereceu mais detalhes sobre divisões e objetos, chegando a requisitar a mão de um dos visitantes para “desenhar” os contornos do brasão dos Castro Guimarães (Anexo).

Apesar de todas estas questões, pai e filho afirmaram ter sido uma experiência agradável, destacando os esforços dos mediadores para tornar a visita mais acessível. Esta opinião fez ver tanto quão importante deve ser para o museu certificar-se que quem está envolvido nas atividades do serviço educativo prima pela compreensão e interatividade, como também o potencial das atividades educativas facilitarem o acesso aos conteúdos. Deste modo, uma equipa capacitada, mesmo com recursos limitados, pode tornar o museu um espaço acolhedor, informativo e até interventivo, inclusivamente suavizando o impacto de aspetos menos positivos.

3.2.2 Visita orientada com a Fundação LIGA

A segunda visita orientada ocorreu em abril e teve como participantes formandas e formandos da Fundação LIGA⁸ – especificamente pessoas com deficiência intelectual e/ou motora – e duas acompanhantes. Neste caso, uma das responsáveis marcou a atividade para oferecer um momento de lazer após uma visita de estudo, requisitando que a linguagem utilizada fosse simples e os conceitos fossem explicitados sempre que

⁸ A Fundação LIGA, entre outras áreas de atuação, desenvolve cursos de formação “para a qualificação profissional e inserção económico-social de jovens e adultos com dificuldades no acesso aos sistemas e medidas gerais de formação profissional, nomeadamente pessoas com deficiência e incapacidade” (Fundação LIGA, s.d.). Para mais informações sobre a organização, consulte-se <<https://fundacaoliga.pt/>>.

necessário. Esta visita ficou a cargo da mediadora cultural do museu, Laura Feteira, à data responsável pelo serviço educativo.

A personalização desta atividade materializou-se na simplicidade dos termos empregues – sem incorrer numa linguagem infantilizante – no investimento de tempo em breves explicações de assuntos que não eram dominados por todas as pessoas e numa maior interatividade com as e os visitantes. Exemplificando, dado que nem todas as pessoas compreendiam o significado de “testamento,” foi calmamente explicado que se trata de um papel que indica o que sucede aos bens de alguém depois de essa pessoa falecer. Também se perguntou frequentemente se existiam dúvidas para certificar que não existiam outros conceitos difíceis de adquirir. Já para conferir mais dinamismo, a mediadora convidou as participantes e os participantes a examinar alguns retratos para que se pudesse experimentar como a figura representada parece seguir o observador com o olhar e houve também oportunidade aceder à varanda exterior do torreão, algo que nem sempre sucede. No fim da visita, todas as pessoas puderam partilhar qual a sala ou objeto que mais tinham apreciado, o que tanto consistiu novamente em uma forma de evitar que a participação fosse estritamente passiva, como igualmente num método de avaliar se as explicações haviam sido assimiladas.

Pese embora o facto de a experiência ter sido positiva, foi novamente visível que se devem introduzir melhorias, especificamente para facilitar a apreensão dos conteúdos do museu. Incluem-se nos públicos-alvo destas medidas pessoas com deficiência intelectual, mas igualmente indivíduos que não dominem as áreas do conhecimento em questão, não tenham proficiência em português ou inglês ou tenham dificuldades em apreender informação escrita.

3.2.3 Ateliê com utentes da CERCICA

O ateliê de pintura de azulejo com a mediadora Laura Feteira é realizado com diversos tipos de públicos, incluindo pessoas com deficiência, e nele apela-se o mais possível à criatividade de quem participa para imaginar e criar os seus próprios desenhos. Na sessão observada no dia 16 de fevereiro, deslocaram-se ao museu 9 utentes e 7 acompanhantes da CERCICA para participar na atividade, mas não foi possível executá-la como a mediadora planeava. Isto deveu-se à incompatibilidade entre o nível de

autonomia e motricidade fina de quem iria participar e o grau de dificuldade das ações. De facto, por momentos, equacionou-se cancelar ou alterar a atividade, mas a responsável do serviço educativo do MCCG improvisou uma abordagem para levar a cabo o ateliê. O processo de pintura converteu-se em dois momentos fundamentais: a raspagem do azulejo com pincéis para criar linhas ou figuras elementares e o derrame de tinta diluída em água sobre a placa de cerâmica para a colorir. Além disso, passou de um ato individual a uma ação a pares ou grupo por contar com a intervenção direta de quem estava a fazer o acompanhamento. Ainda que com recurso a alguma engenhosidade tenha sido possível concluir positivamente o ateliê, ficaram imediatamente patentes dois problemas.

Desde logo, esta situação ocorreu devido ao que se pode ver como uma falha na comunicação entre o MCCG e a CERCICA. A atividade fora agendada e o número de pessoas indicado, mas nem a CERCICA referiu nem a equipa do MCCG se informou sobre as características das pessoas que iriam participar. Adicionalmente, a organização – ou pelo menos quem compareceu em sua representação – desconhecia os pormenores da atividade que requisitara, visto que as monitoras e os monitores mostraram surpresa ao deparar-se com a metodologia da atividade. Compreende assim que a entidade assumira que o serviço educativo não aceitaria realizar uma atividade inacessível ou inadaptada/inadaptável, enquanto a mediadora Laura Feteira tinha como expectativa que a CERCICA não inscreveria pessoas com menor autonomia. Esta conjugação de pormenores que não foram partilhados poderia ter resultado numa situação mais frustrante, caso a atividade não tivesse sido redesenhada para respeitar as capacidades dos indivíduos.

A outra questão é a maior dificuldade que certas pessoas podem ter em realizar a atividade. Não se pretende com esta afirmação fazer juízos de valor quanto às capacidades de eventuais pessoas interessadas, mas antes apontar que os materiais utilizados, o seu posicionamento na sala/mesa de trabalho ou a forma como são identificados ou manuseados podem ser mais adequados. Além do exemplo em questão, em que poderia ter sido útil optar por outros materiais que pudessem não sujar as roupas das e dos participantes, num breve relato a propósito de realizar esta oficina com pessoas com deficiência, Laura Feteira recordou a situação de um indivíduo com deficiência visual. Esta pessoa sentiu-se à vontade em termos de imaginar a figura desejada, desenhá-la e colori-la. Porém, deparou-se com dificuldades em perceber que cor estava a utilizar e que zonas do azulejo ainda se encontravam desprovidas de tinta. Neste caso, teriam sido

positivas medidas como a utilização de etiquetagem tátil ou de outra forma de diferenciação apropriada no caso das cores e pincéis e a disponibilização de produtos e tecnologias de apoio para ampliar a imagem. Assim, a atividade teria sido potencialmente mais acessível e equitativa, reduzindo-se a frequência de momentos em que a mediadora tem de auxiliar direta e ativamente na pintura.

3.2.4 Evento “Conversas na Torre de São Sebastião | Encontro sobre acessibilidade e inclusão em museus”

A análise da acessibilidade do museu e a participação nas atividades do serviço educativo suscitaram a necessidade de reforçar o contacto entre o museu e pessoas com deficiência e da comunidade S/surda. Para isso, o autor propôs à equipa do MCCG que se realizasse um evento. Este teria como objetivos entender quais as principais barreiras à frequência de espaços culturais e como solucioná-las, assim como iniciar diálogos que poderiam resultar em colaborações mais estreitas entre o MCCG e indivíduos e coletividades focadas no apoio e na reivindicação dos direitos de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda. O projeto foi aceite e colocado em marcha em novembro.

As organizações contactadas foram aquelas mencionadas na Tabela 3, porque se tinham já averiguado alguns dados sobre elas e, mais do que isso, se creu que a proximidade ao museu seria uma vantagem quer para reduzir custos de viagem, quer por fazerem parte daquele que deve ser o principal público-alvo do museu, a comunidade local. No final deste processo de contacto, obtiveram-se confirmações da Associação Novamente, focada em apoiar pessoas com dano cerebral adquirido; da APD, coletividade integrada e dirigida por pessoas com deficiência; da Boa Vontade Residência Adaptada, entidade que providencia um lar acessível para pessoas com deficiência motora; da CERCICA, instituição orientada para o apoio de pessoas com deficiência intelectual neurodivergência e multideficiência; CRID, instituição focada na inclusão de pessoas com deficiência e em situações de vulnerabilidade; Lar Branco Rodrigues, espaço residencial que fornece apoio a pessoas com deficiência visual, e a SCMC, através do CASP, que apoia pessoas com deficiência psicossocial.

Além das organizações, foram convidadas três pessoas com conhecimento e experiência na área da acessibilidade e inclusão em museus e no património cultural para

participarem como oradoras: Manuela Ralha, vereadora da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e reconhecida figura no seio de movimentos e associações de pessoas com deficiência; Carolina Martins, arquiteta e responsável pelos projetos de acessibilidade da Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML); Daniella Forchetti, “investigadora nas áreas da dança e da inclusão e sua fusão” (Anexo III). Esta abordagem baseou-se na metodologia do artigo de Ziebarth e Majewski (2022).

O seu artigo, “Museum Crip Space, By Any Other Name”, foi o resultado das respostas a um questionário sobre as condições necessárias para os museus serem considerados espaços seguros para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda (Ziebarth & Majewski, 2022, pp. 180-182). As apreciações recolhidas refletiam tanto as crenças de ativistas e profissionais dedicadas e dedicados à inclusão de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, como de indivíduos que beneficiariam de mais acessibilidade nos museus e de uma sensação de inclusão. Segundo o artigo, os pontos essenciais para que os museus sejam bem-sucedidos nesta conversão consistem em certificar-se que as instituições são totalmente acessíveis e em que tanto as pessoas, como as temáticas que as mesmas considerem relevantes debater sejam abordadas de forma respeitosa e empenhada por parte das equipas dos museus (Ziebarth & Majewski, 2022, p. 183). Por último, afirma-se no texto que somente com o apoio direto das pessoas com deficiência e da comunidade S/surda será possível conhecer e mitigar ou eliminar por completo as numerosas falhas no acesso aos museus, que “are not designed with us [as pessoas com deficiência] in mind” (Ziebarth & Majewski, 2022, p. 186).

A preparação do evento foi concluída em abril aquando da impressão do programa do encontro em formato ampliado para a generalidade dos visitantes, “de acordo com indicações da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)” (Anexo III), e da “produção de uma versão em Braille do mesmo documento” (Anexo III) para respeitar as características e valorizar as capacidades de um representante do Lar Branco Rodrigues. Findados os preparativos, o evento “Conversas na Torre de São Sebastião | Encontro sobre acessibilidade e inclusão em museus” teve lugar no museu, no dia 13 de abril de 2024. O relatório do evento pode ser consultado anexo ao relatório.

A jornada foi dividida entre o período da manhã, durante o qual decorreram as apresentações individuais, e o período da tarde, ocupado com uma “mesa-redonda” durante a qual se escutaram as opiniões das pessoas representantes das organizações convidadas e uma visita informal ao piso térreo do museu (Anexo III). O dia começou

com as comunicações de Maria Cristina Gonçalves e do autor para se apresentar o MCCG e introduzir os temas da acessibilidade e inclusão em museus.

A primeira palestrante, Manuela Ralha, fez a sua intervenção em seguida, apontando de imediato que se deve abandonar o adjetivo “especial” para adotar uma visão holística da acessibilidade e inclusão que procure servir todos os indivíduos, providenciar conteúdos em múltiplos formatos e fazer adaptações, alterações e adições para tornar a criação e fruição cultural uma experiência positiva e construtiva. Os exemplos dados foram úteis para perceber o que deve ser melhorado em Cascais, nomeadamente a instalação de piso podotátil, a criação de maquetas, réplicas e guiões pictográficos e a reestruturação dos sítios municipais para serem mais acessíveis (Anexo III).

Carolina Martins tomou a palavra para descrever o projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor,” (PSAM) iniciativa pela qual é responsável, tendo o seu contributo para o evento demonstrado quão omissa e condutiva à marginalização de inúmeros indivíduos é a legislação relativa à acessibilidade, especificamente em património classificado. Assim sendo, alertou para a importância de implementar estratégias adaptadas ao espaço ou local em questão, alterar mentalidades no que toca à plena inclusão – de impossibilidade para processo em constante aperfeiçoamento – e estabelecer parcerias com organizações de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda (Anexo III).

Daniella Forchetti encerrou a primeira parte do evento, mostrando vídeos sobre as suas experiências como bailarina e audiodescritora, tanto a nível académico, como profissional – uma delas foi realizada pelo grupo de dança da investigadora, que inclui pessoas com deficiência e uma intérprete de Libras, e outra foi executada a solo com o objetivo de facilitar o acesso estético de pessoas surdo-cegas a uma pintura. Dado que ambas incluíam audiodescrição a acompanhar as ações nos vídeos, verificou-se uma equipação da experiência de todas as pessoas que assistiram, ou seja, a acessibilidade e a inclusão foram tidas em conta de raiz e não incorporadas posteriormente (Anexo III)

Durante a tarde, Maria Cristina Gonçalves, Laura Feteira, Daniella Forchetti e o autor abriram o debate para escutar as opiniões das organizações convidadas. As duas principais conclusões da troca de ideias foram intensificar os contactos com pessoas com deficiência e da comunidade S/surda e, ao mesmo tempo, melhorar as condições dos museus para as mesmas (Anexo III). Neste sentido, ouviram-se apelos para “utilizar uma linguagem correta” e valorizar “capacidades” (Anexo III). No seio das instituições museológicas, é preciso “uma inversão dos papéis” para que o museu deixe de ser o

“exclusivo «criador» e «instrutor» da cultura” e passe a “«consumidor» e «difusor» das criações das comunidades.” Para alcançar esse objetivo, sugeriram-se a “interação prática, repetitiva e multissensorial com as obras e com o museu,” bem como o “uso de linguagem clara e acessível [...] principalmente quando os públicos-alvo são pessoas com menor conhecimento das artes” (Anexo III).

A visita orientada ao piso térreo do museu, que ficou a cargo de Laura Feteira e do autor, finalizou a jornada. Este momento serviu para partilhar com as pessoas convidadas algumas formas de tornar a experiência acessível, tendo havido oportunidade para experienciar alguns objetos através do tato e de se escutar “uma interpretação gravada de uma das composições musicais do Conde de Castro Guimarães” (Anexo III). Após o evento, coube ao autor apontar questões a melhorar, que se expõem em seguida. Além disso, requisitou-se às entidades e palestrantes convidadas para avaliarem o evento e o museu.

A autoavaliação começa pela data selecionada, pois importará verificar qual a ocasião mais conveniente para a marcação de futuros encontros – durante o horário laboral ou fora. Também em termos de preparativos, mas exponencialmente mais impactante, foi a ausência de pessoas da comunidade S/surda e o número reduzido de pessoas com deficiência presentes.

No caso das pessoas S/surdas, esta falha foi o resultado de duas situações: por um lado, as mensagens enviadas para o endereço eletrónico da Associação de Surdos da Linha de Cascais não obtiveram resposta; por outro lado, não existiu orçamento suficiente para custear pelo menos duas pessoas responsáveis pela interpretação de todo o evento em LGP. Como pessoas cuja característica identitária não é vista como uma deficiência, mas como um elo entre membros de uma comunidade com uma forma distinta de comunicar e cultura próprias, teria sido muito interessante entender a sua perspetiva sobre como promover a acessibilidade e a inclusão em museus.

O número pouco representativo de pessoas com deficiência – duas pessoas, sendo uma delas a palestrante Manuela Ralha, com deficiência física, e a outra representante do Lar Branco Rodrigues, com deficiência visual – não foi verdadeiramente inesperado. Sabia-se que não iria ser um evento com muita assistência e que a maioria das entidades trabalha em prol de pessoas com deficiência e neurodivergentes e não são necessariamente geridas por elas. Num próximo evento deste tipo, realizado pelo museu

e/ou que conte com a participação do autor, será essencial incluir pessoas da comunidade S/surda e mais pessoas com deficiência e neurodivergentes.

Finalmente, no que toca ao planeamento de futuros eventos, o autor informou a equipa que deverão futuramente evitar falsas sinonímias entre “deficiência/incapacidade” e “dificuldade” ou a utilização deste último termo por soar menos ofensivo. Ficou igualmente esclarecido o uso indevido da palavra “limitação,” pois, tal como foi indicado supra, as limitações são por norma impostas.

No que toca ao evento em si, o debate é o principal momento a necessitar de melhora. Apesar de não ter sido um momento negativo, poderia ter sido mais organizado para facilitar a participação e dever-se-ia ter reforçado a importância da descrição física antes de cada pessoa expor a sua ideia. Numa próxima ocasião poder-se-á anotar quem deseja falar, moderar o tempo de participação de cada pessoa e requisitar uma descrição de cada interveniente.

Adicionalmente, os pedidos de avaliações externas foram retornados por parte da CERCICA e da investigadora Daniella Forchetti. Para a CERCICA, ainda “há muito a fazer no que diz respeito à deficiência intelectual” no MCCG e nas demais instituições museológicas e, por isso, a instituição considerou que a realização de “projetos de continuidade, que reforçam a fruição e a aprendizagem” seria uma forma das pessoas com deficiência terem “um papel mais ativo e mais relevante nos Museus” (Anexo III). Ademais das críticas construtivas e sugestões, a entidade agradeceu o convite e mostrou-se disponível para prestar o seu apoio e facilitar os conhecimentos das suas equipas no sentido de que decorram mais atividades em conjunto. Daniella Forchetti aprovou igualmente o encontro, principalmente a mesa-redonda, e foi mais precisa nas suas críticas ao separá-las por tipo de barreira.

No que toca às barreiras à acessibilidade física, apontou a inexistência de lugares de estacionamento e de um percurso livre de obstáculos como falhas óbvias no exterior do museu. No interior, o acesso somente por escadas e o posicionamento dos recursos informativos são os aspetos a melhorar (Anexo III). No domínio das barreiras comunicacionais, corroborou o que foi já referido sobre os benefícios de criar audioguias com audiodescrição e de introduzir conteúdos em LGP (Anexo III). Todas estas medidas seriam auxiliadas por recursos como «aparelhos para partilhar as gravações da audiodescrição, telas para partilhar a língua gestual e legendas, rampas móveis que

pudessem ser colocadas e retiradas à medida que tenham necessidade para degraus menores,» segundo a investigadora (Anexo III).

Apreciando o evento na sua totalidade, o mesmo foi definitivamente positivo para todas as pessoas envolvidas pelas informações e pelos testemunhos partilhados ao longo da jornada. Ademais, tão ou mais importante que esse motivo, o encontro revelou-se fundamental para o MCCG ao comprovar que nem as melhorias na acessibilidade e na inclusão devem ser relegadas para o campo da impossibilidade, nem as barreiras que o museu e a equipa interpõem podem ser ignoradas ou justificadas *ad aeternum*, seja por falta de conhecimentos, seja devido a poucos recursos humanos e financeiros. Para o efeito deste relatório de estágio, que tem por objetivo apresentar formas de melhorar a atuação do MCCG em relação a pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, as medidas discutidas serviram de inspiração e corroboração para algumas das propostas que o autor foi idealizando ao longo do tempo e que serão abordadas mais abaixo.

3.3. Eventos sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda

Paralelamente ao estágio curricular, o autor participou em alguns eventos nos quais se tratou a problemática da participação e da inclusão de indivíduos com deficiência e da comunidade S/surda na sociedade. Não estando todos eles diretamente ligados às interações entre os museus e estes segmentos da população, conhecer o ponto de vista das pessoas que têm de lidar com inúmeras barreiras no seu quotidiano foi de grande utilidade para perceber quão verdadeiramente importantes são questões como melhorar as condições do MCCG e capacitar a equipa.

3.3.1. Evento “Dia Nacional das Acessibilidades – II Fórum Inclusivo”

No dia 20 de outubro de 2023, Dia Nacional das Acessibilidades, decorreu no Auditório do Citeforma, em Lisboa, o II Fórum Inclusivo⁹. O evento foi organizado pela Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA) e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.) e, similarmente ao que sucedeu no evento no MCCG, reuniu profissionais de áreas e empresas relevantes, decisores políticos – sendo algumas das personalidades pessoas com deficiência e da comunidade S/surda – para debater o passado, presente e futuro da acessibilidade e inclusão em Portugal.

Este evento espelhou o que se tem demonstrado neste relatório: as críticas à legislação e fiscalização no que concerne as melhorias indispensáveis para dar resposta às necessidades da população, e a importância de explicar as adaptações realizadas para que sejam compreendidas e valorizadas e a intervenção das pessoas com deficiência e da comunidade S/surda no processo de tomada de decisões e de avaliação das medidas implementadas.

3.3.2. Conferência «‘O direito a ter direitos’: Igualdade perante a lei, autodeterminação e direitos humanos»

No dia em que se celebraram 17 anos da adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ACAPO, s.d.), o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) em parceria com o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) organizaram a conferência «‘O direito a ter direitos’: Igualdade perante a lei, autodeterminação e direitos humanos.» Esta ocasião teve como principais objetivos apresentar os resultados do projeto “EQUAL – Igualdade perante a lei e o direito à autodeterminação das pessoas com deficiência intelectual e psicossocial¹⁰” e o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2023¹¹.”

⁹ O evento teve transmissão em direto para o canal de YouTube do INP, I.P, onde se encontra arquivado em duas partes. Podem ser acedidas em <https://www.youtube.com/live/5LdLsg1IjYE?si=fOrv1u-577Bwcaur> (Manhã) e https://www.youtube.com/live/KDWaeRzxqWU?si=tm_lm6mLh_96NS_t (Tarde).

¹⁰ Estes resultados podem ser consultados em: https://equal.iscsp.ulisboa.pt/media/attachments/2024/03/01/oddh-research_brief_final.pdf

¹¹ O documento está disponível para *download* em: <https://drive.google.com/file/d/1GWbFaUIt0wuOXVoKo5tFAxhDsZWzA1pc/view>

Houve ao longo do dia um foco nas barreiras à inclusão das pessoas com deficiência intelectual e psicossocial na sociedade e de longe a mais mencionada foi a subestimação das capacidades desses indivíduos. O autor escutou os testemunhos de várias pessoas que têm sido erroneamente vistas pela sociedade como inaptas para realizar diversas ações de forma independente – viver a solo/em casal com o mínimo de acompanhamento e apoio necessários ou conduzir um veículo em segurança – ou tomar decisões sobre matérias que lhes dizem respeito – seja iniciar/manter uma relação amorosa ou gerir as próprias finanças. A principal ilação da jornada para o autor foi que o MCCG deve procurar fazer o oposto, ou seja, assegurar o mais possível a autonomia no acesso aos conteúdos e a valorização das experiências e capacidades destes indivíduos. Desta forma, pretende-se que o museu seja o espaço seguro e de empoderamento que se idealiza no artigo de Ziebarth e Majewski (2022) e não um ambiente em que sejam replicadas as falhas do modelo médico da deficiência e o paternalismo a ele associado.

3.3.3. III Encontro Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património

A terceira edição do Encontro Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património foi organizado pelo Centro de Estudos e de Investigação em Belas-Artes (CIEBA), e por extensão, pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL), em parceria com o Museu da Farmácia, a Associação Bengala Mágica e a associação Pró-Inclusão. Durante os dias 14 e 15 de junho, reuniram-se na FBAUL investigadoras e investigadores e profissionais de museus para apresentar os projetos que têm desenvolvido. Dada a abertura do evento à participação de jovens investigadores e a temática da sua componente não letiva, o autor deste relatório de estágio apresentou uma comunicação com o título “Para recreio do público: Acessibilidade e Inclusão no Museu Condes de Castro Guimarães”, com o objetivo de discutir junto da comunidade académica a investigação aqui delineada e, principalmente, a planificação, realização e conclusões do evento “Conversas na Torre de São Sebastião | Encontro sobre acessibilidade e inclusão em museus”.

Entre os vários temas abordados, foi especialmente interessante o foco de várias investigações em conteúdos acessíveis para crianças com deficiência. De entre os vários exemplos, destaca-se o Livro Multiformato do Museu Municipal da Comunidade

Concelhia da Batalha (MCCB), cujo título é Saltos no Tempo – uma visita especial ao MCCB, da autoria de Desirée Nobre Salazar (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, s.d.). A existência de duas versões do livro – uma em formato audiovisual, com os conteúdos em LGP e audiodescritos, e outra impressa, utilizando “linguagem simples, braille e pictogramas” (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, s.d.-b) – permite que os públicos mais jovens descubram a cronologia da Batalha de uma forma lúdica e que valoriza e fortalece as suas capacidades. Este evento foi profícuo ao permitir conhecer o estado da arte no que concerne a acessibilidade e inclusão nos museus, no património e nas artes e realçar a importância da testagem dos recursos acessíveis com pessoas com deficiência. Transpondo esta metodologia para o MCCG, seria positivo contar com pessoas das associações contactadas por ocasião do encontro para verificar a utilidade e exequibilidade das estratégias a desenvolver.

3.4. Propostas de atividades e melhorias

Tendo-se refletido sobre todos os momentos de destaque durante o serviço no museu, encerra-se este capítulo com algumas sugestões fundamentadas em relação ao MCCG e práticas adequadas à inclusão das pessoas que forem compondo a sua equipa ao longo do tempo. Tal como foi abordado ao longo do relatório, e está patente no lema “Nada sobre nós sem nós,” as pessoas especialistas na avaliação da qualidade de serviços e práticas inclusivas são os próprios indivíduos com deficiência, da comunidade S/surda e quem com eles convive no seu quotidiano. Por isso, importa frisar que não se deve ir além dos exercícios teóricos abaixo sem a sua presença e aprovação. Por outras palavras, o seu envolvimento ao longo de todo o processo de implementação é impreterível e somente através de parcerias será possível afirmar que as medidas introduzidas são realmente eficazes. Dito isto, acredita-se na razoabilidade das propostas descritas abaixo e consideram-se expectáveis para uma instituição que pretende cada vez mais enquadrar-se no perfil de museu definido pelo ICOM.

3.4.1. O Parque Marechal Carmona como extensão do museu

Ainda que não faça diretamente parte do museu, o Parque Marechal Carmona, pelo menos na área circundante ao MCCG, deve ter a sua acessibilidade melhorada. Em concordância com o que fora apontado pela investigadora Daniella Forchetti, no mínimo o trajeto entre o portão de acesso ao Parque Marechal Carmona a partir da Avenida Rei Humberto II de Itália (em frente à marina de Cascais) e a entrada do museu deveria ser realizável sobre um piso sólido e que não apresente desníveis que possam causar transtornos ou incidentes. Além disso, importa sinalizá-lo devidamente, de modo que a maioria dos indivíduos consiga entender como se pode chegar ao museu. Poder-se-ia equacionar, por exemplo, a introdução de piso podotátil e/ou de materiais contrastantes (Lauria, 2017) ou, pelo menos, de uma guia colorida, que poderia incluir o logótipo do BM, para indicar com mais clareza o percurso até à antiga habitação (Martins, 2015, pp. 160-161,163). Para quem chega de automóvel, e apesar da existência de um parque de estacionamento subterrâneo junto ao museu, seria benéfico indicar, na secção das acessibilidades do sítio do BM dedicado ao MCCG (Bairro dos Museus, que é possível estacionar no pátio do edifício, mediante pedido. Não só se reduziria a distância a percorrer por pessoas cuja mobilidade pode estar ou ser condicionada, como se teria em consideração os custos acrescidos que tendem a afetar as deslocações das pessoas com deficiência e da comunidade S/surda.

Outra melhoria que poderia ser desenvolvida no exterior, dependente das vontades políticas, financiamento adequado e do parecer de entidades competentes, consiste em um elevador externo. Apesar da Torre de São Sebastião ser património imóvel classificado como de interesse público, e de os custos da instalação de um elevador que respeite a integridade do bem cultural serem avultados, é sem dúvida um elemento essencial para assegurar a plena fruição do MCCG. Ademais, a introdução de ascensores e de outras alterações ou adições à arquitetura existente, tendo em vista promover a acessibilidade e inclusão, não colocam forçosamente em causa o valor do edificado histórico. Aliás, como referiu a arquiteta Carolina Martins, coordenadora de projetos de acessibilidade da PSML, durante a sua apresentação no encontro no MCCG, quanto mais pessoas puderem aceder ao património, maior será o número de indivíduos que compreendem a sua importância e que estarão empenhados em protegê-lo (Anexo III). Além desta situação mais óbvia e mais complexa de solucionar, é necessário criar ou adquirir uma rampa, potencialmente amovível, para não só permitir a entrada direta no espaço dedicado aos ateliês do MCCG, na lateral do imóvel, como respeitar a legislação em vigor e o direito

das pessoas com deficiência em aceder a um espaço público. Foi inclusivamente a vereadora Manuela Ralha, utilizadora de cadeira de rodas, que notou esta situação no dia do Encontro, o que reforça a importância da intervenção de pessoas com deficiência nos processos de decisão ou, neste caso, de requalificação.

Por último, ao nível de atividades potencialmente realizáveis, considera-se interessante realizar uma exploração multissensorial da fauna e flora do parque, aludindo à paixão do Conde de Castro Guimarães pela jardinagem e às pinturas que se encontram na Galeria. Sugere-se, num primeiro momento, visitar o museu e enfatizar objetos que envolvem a natureza e os livros sobre jardinagem e animais presentes no acervo do museu. O quadro “Pavões” (Anexo), por exemplo, seria especialmente interessante pelas cores utilizadas e dimensão, pelo facto de esta ave existir no Parque Marechal Carmona e ainda por ter sido pintado por Carlos Bonvalot, que representou muitas vezes Cascais e foi brevemente conservador do MCCG (Leandro, 2008, pp. 23-24). Assim, associar-se-ia a história e o interior da Torre de São Sebastião com o seu exterior, tal como na época em que foi habitada existia uma comunhão entre residência e jardim. Para fomentar a participação ativa poder-se-iam fazer questões em relação à importância da conservação ambiental e inquirir sobre as preferências das pessoas envolvidas no que toca a animais ou plantas. Em todo o caso, em seguida, passear-se-ia pelo Parque, dando primazia à parcela do terreno originalmente pertencente aos Condes, para observar o Lago dos Gansos, os painéis de azulejos com motivos religiosos e a lápide dos antigos proprietários, todos eles elementos amplamente imbuídos de simbologia (Silva, 2008). De índole mais lúdica, mas essencial para a segunda fase da atividade, identificar-se-iam os animais e plantas atualmente existentes por via da visão, audição, olfato e tato e, tendo em conta a ubiquidade de telemóveis com câmara fotográfica e gravador de áudio, requisitar-se-ia a captura de imagens e sons representativos do espaço verde em redor do museu. No final de tudo, convidar-se-ia as pessoas a partilhar a sua opinião sobre esta primeira parte da atividade, não só para avaliação interna e recordar o que foi falado, mas para, novamente, dar a palavra a pessoas que podem não ter oportunidade ou facilidade em partilhar abertamente e em igualdade os seus pensamentos.

Num segundo momento, no espaço do museu dedicado às oficinas ou na instituição que esteja a participar, realizar-se-iam as criações plásticas das pessoas envolvidas. Estas teriam como inspiração os objetos do museu e as imagens e os sons gravados, sendo realizadas com recurso a diversas metodologias e materiais, tendo

sempre por base a preferência de quem estiver a participar. Utilizar os habituais azulejos como suporte para pintura, ou papel para fazer colagem a partir das fotografias, entretanto impressas, e igualmente colorir, seriam formas de contenção para o museu e mais em linha com os habituais ateliês desenvolvidos. Alternativa ou complementarmente, uma representação teatral ou a escrita de textos sobre os sentimentos e as sensações que a atividade despertasse também seriam de grande interesse e ofereceriam uma maior gama de escolha. Para concluir, organizar-se-ia uma exposição dos trabalhos para apresentar os trabalhos das e dos participantes e clarificar que todas as pessoas têm o potencial para participar nas atividades do museu.

As principais *raisons d' être* desta ação do serviço educativo seriam tornar mais interessante o contacto com a história do museu e dos seus proprietários, aumentar o conhecimento das pessoas sobre arte e proporcionar um espaço para desenvolver a criatividade de forma mais autónoma, especialmente em grupo. Em termos de públicos-alvo, a relativa simplicidade e a possibilidade de escolha sobre o que será realizado torna esta atividade apelativa a vários segmentos de público. De facto, seria especialmente interessante numa edição-piloto congregar pessoas com e sem deficiência para que se trabalhasse a plena diversidade e inclusão. Ademais, de um ponto de vista prático, não restringir as características de quem pode participar numa primeira versão desta iniciativa também permitiria que o número de pessoas possa ser maior e, eventualmente, mais representativo.

Para assegurar que este acolhimento de públicos diversos decorre da melhor forma, seria essencial garantir atempadamente que é possível dar resposta às necessidades específicas das e dos visitantes. Por exemplo, definir que todos os materiais impressos relativos à atividade se encontrariam redigidos com um tamanho e tipo de letra que facilitem a leitura nem deve ser uma questão que suscite dúvidas pelo seu valor irrisório, mas contratar ILGP para acompanhar a realização da atividade seria já mais oneroso e requereria uma reflexão mais profunda sobre o orçamento disponível. A forma mais correta de atuar seria ter um período alargado (semanas ou até meses) em que visitantes pudessem manifestar o seu interesse em participar e indicar que condições, metodologias, produtos de apoio seriam mais respeitadores das suas características e capacidades. Deste modo, não existiriam investimentos em materiais desnecessários ou de utilidade reduzida, nem se criariam situações indesejáveis em que o orçamento ou os conhecimentos da equipa não fossem suficientes para corresponder às expectativas de quem desejasse

participar. Finalmente, em termos de exequibilidade, como esta potencial interação se assemelha a uma outra já levada a cabo entre o CASP e o MCCG (e previamente descrita no relatório) que culminou numa exposição das produções artísticas e cujos resultados foram positivos, crê-se que se poderiam criar trabalhos e parcerias de qualidade que contribuam para que o MCCG e outros espaços do BM cada vez mais estejam dispostos a ser consumidores de cultura, como se escutou durante o Evento de abril.

3.4.2. A movimentação no interior do museu

O facto de o MCCG ter como edifício uma casa de veraneio que não está suficientemente adaptada impõe certas limitações à receção de públicos relativamente ao acesso físico, por isso as sugestões seguintes procuram ter em consideração as capacidades e o conforto de diferentes segmentos do público quando seguem o percurso museológico.

Primeiramente seria benéfico prosseguir a instalação de piso podotátil/contrastante também no interior do museu, permitindo uma melhor orientação por pessoas com deficiência visual, como sucede na Casa Fernando Pessoa (CFP), por exemplo (Anexo). Contudo, reconhece-se a potencial inviabilidade da proposta por não se pretender alterar o aspeto dos pisos. Implementar uma guia contrastante que possa ser removida se necessário ou um sistema de orientação que se considere mais discreto, como aquele utilizado no MCCB (Anexo), poderiam ser formas alternativas de respeitar as capacidades de pessoas com deficiência visual. Não considerar alterações de qualquer tipo será um erro: por um lado, mantém-se as pessoas cegas e com baixa visão numa posição de inferioridade e sem qualquer tipo de autonomia, porque não só o museu será um espaço desconhecido e com poucas informações em Braille e nenhuma aural, como tem diversos objetos dispostos pelas salas que poderão originar colisões; por outro lado, implica que o museu e a sua equipa devem estar constantemente disponíveis para acompanhar visitantes com deficiência visual, o que, se devido ao número reduzido de pessoas capacitadas para guiar uma visita orientada seria por si complicado, o facto de nenhum elemento ter conhecimentos de audiodescrição só exacerbaria a situação.

A similar adição de faixas antiderrapantes nos degraus da escada e de ligações entre as secções do corrimão¹² tornariam os movimentos de ascensão e descensão mais seguros, evitando acidentes como o que ia sucedendo durante a atividade com os visitantes neerlandeses. Mencionando o acesso aos pisos superiores, um dispositivo “trepa-escadas” foi testado antes do período de estágio e, dado que os resultados não foram positivos, retorna-se à questão do elevador e ao seu carácter indispensável. Até ser instalado, cabe à equipa providenciar uma experiência o mais equitativa possível para minorizar esta barreira, nomeadamente publicitando e apresentando a visita virtual no próprio museu para mostrar as divisões inacessíveis.

Finalmente, uma melhoria já aplicada, e previamente referida neste relatório, é o empréstimo de bancos portáteis para que as visitas sejam mais cómodas. Mesmo durante o estágio, que como se disse envolveu maioritariamente funções afastadas do público, foi possível observar diversas pessoas a tirar partido de poder repousar junto da sua família ou grupo e ao mesmo tempo experienciar o museu, evitando ter de aguardar no Claustro, local onde se encontram bancos fixos.

3.4.3 O acesso à informação no Museu Condes de Castro Guimarães

A par com as barreiras ao acesso físico, a equipa do MCCG necessita de refletir para melhorar a forma como os indivíduos conseguem aceder aos conteúdos existentes no museu. De facto, que utilidade teria uma instituição fisicamente acessível, se a informação que tem como função disseminar não puder ser compreendida por quem o visita? Para mais, no caso do MCCG, como um paradigma de “arquitetura eclética, conjugando múltiplas citações de tempos e tendências estéticas diversas” (Leandro, 2008, p. 11) e um espaço que reúne objetos reveladores dos gostos e hábitos finisseculares oitocentistas e do início do século XX, a falta de meios e métodos alternativos para transmitir o conhecimento tem constituído um subaproveitamento dos seus recursos. Ao contrário do que se poderá intuir, as melhorias no acesso à informação no MCCG implicam diversas alterações e adições e serviriam diversos públicos.

¹² Durante a fase final da redação deste relatório, teve-se conhecimento de que a recomendação efetuada fora frutífera e que seriam instaladas as devidas extensões para que o corrimão acompanhe ininterruptamente a escadaria.

Em primeiro lugar, importa rever os textos de sala e as legendas dos objetos, desde logo para que não seja essencial ter conhecimentos prévios de História ou História de Arte para os compreender, como já foi dito. Um dos propósitos de uma visita a um museu pode sem dúvida ser adquirir conhecimento, mas ao não se criarem ligações com as experiências de quem visita, ou sobrestimar o grau de erudição de quem lê uma informação, corre-se o risco de que as pessoas percam o interesse em consultar os textos. Em alternativa, considerando o que foi dito sobre o facto de muitas pessoas se depararem com o museu acidentalmente e, por isso, não serem os públicos necessariamente compostos por membros da academia, seria bem mais conveniente e vantajoso explicar de forma elementar a multiplicidade de estilos e períodos a que a arquitetura e os objetos aludem. Por exemplo, no Claustro, os textos mencionam que os medalhões são de inspiração renascentista por serem cópias de obras dos ceramistas Della Robbia. No entanto, inevitavelmente surgirão questões como “O que é o Renascimento?” ou “Quem foram os Della Robbia?” que ficarão muito provavelmente sem resposta. Em comparação, se se explicar de forma simples no que consistiu o período renascentista e a identidade e o papel dos Della Robbia na produção escultórica desta época, quer num texto *in situ*, quer indicando a quem visita onde pode consultar mais informações, poder-se-á mais facilmente informar e cativar as usufrutuárias e os usufrutuários.

Além da questão anterior, no que concerne a simplificação do acesso, e voltando ao que se reparou durante a visita com a Fundação Liga, adicionar imagens explicativas ou utilizar o sistema de pictogramas podem ser formas adicionais ou alternativas de transmitir informação, satisfazendo a curiosidade de uma criança ou capacitando alguém que tenha dificuldades na leitura (de português). Não desejando nem sendo conveniente para o museu criar placas demasiado grandes, poder-se-á criar um guia físico breve com esclarecimentos adicionais e formatos alternativos ou adicionar um código QR que contenha mais informações, com esta segunda medida a ser igualmente útil para adicionar traduções em outras línguas. Referindo as crianças e, por extensão, pessoas cujo nível do olhar seja ou esteja mais baixo (pessoas que se desloquem em cadeira de rodas ou com estatura mais baixa), é importante reduzir a altura a que estão colocadas as informações, como o disse a Doutora Daniella Forchetti (Anexo).

Como tende a suceder em museus que ainda não desenvolveram metodologias para incluir uma maior diversidade de públicos, a exploração dos conteúdos no MCCG realiza-se através da visão, por isso devem-se introduzir métodos para as pessoas com

deficiência visual acederem à informação. De facto, existe já um guia em Braille, mas ainda que se possa mantê-lo, seria mais prático e respeitoso colocar legendas em Braille junto aos objetos que podem ser tocados, para “que as tabelas acessíveis possam ser associadas a outros recursos, como o toque direto nas obras ou em réplicas” (Martins, 2015, p. 169).

Adicionalmente, a disponibilização de meios interativos e didáticos nas salas que vão além da contemplação visual introduziria uma forma de pessoas, com e sem deficiência visual, compreenderem a utilização do espaço. Estes podem corresponder a recursos mais habituais, como maquetes ou reproduções em 3D – traçar os pormenores arquitetónicos do exterior do museu ou tocar uma reprodução à escala da caixa de chá da Sala José de Figueiredo são possíveis exemplos. Além destes, poder-se-ia oferecer uma experiência multissensorial que recorde o que seria a vivência na época do casal Castro Guimarães. Tomando a Sala de Chá como modelo, poder-se-iam colocar, em local acessível, sacos ou frascos com folhas de ervas, legendados pelo menos em português, inglês e em Braille, para recriar a ambiência de uma tarde passada na divisão em que a Condessa praticava a sua “hora do chá.” Já na Sala da Música, uma experiência aural poderia ser providenciada se fosse possível escutar a composição do Conde para o rei D. Manuel II, como aconteceu durante o Encontro sobre acessibilidade e inclusão no MCCG. A nível do uso da audição para assimilar conceitos e espaços, também audioguias com audiodescrição conferem às pessoas com deficiência visual uma forma de acesso, que por ser normalmente insuficiente por si, deve ser feito em conjunto com a mesma imersão quase-sinestésica que se propôs, ou seja, a experiência tátil, olfativa e gustativa. Ainda assim, uma forma de a tornar mais interessante *per se* seria enriquecê-la com sons que ajudem a apreender conteúdos, segundo a metodologia de Hutchinson e Eardley (2023).

A acessibilidade sensorial também é uma questão importante para as pessoas da comunidade S/surda, pois, apesar de muitas compreenderem língua portuguesa escrita, “na presença de estruturas gramaticais mais complexas, as pessoas surdas ficam extraordinariamente baralhadas” (Martins, 2015, p. 105). No seu caso, a introdução de dispositivos com vídeoguias em LGP ou, retomando uma sugestão anterior, da hiperligação para essas informações em língua gestual através de códigos QR afixos pelo museu, valorizaria a sua cultura e forma de comunicar e permitiria, em conjunto com os textos mais simples que venham a ser redigidos, uma aprendizagem seguindo o modelo bilingue (Martins, pp. 349-350).

Até agora mencionaram-se alterações ou adições de elementos constantemente disponíveis no MCCG, mas a realização de atividades que melhorem o acesso à informação é tão ou mais importante, pois adiciona o “elemento humano” da parte do museu que fornecerá explicações personalizadas e adicionais e adquirirá competências sobre como interagir com pessoas com deficiência e da comunidade S/surda.

No caso das pessoas com deficiência intelectual, a atividade dirigida pela mediadora Laura Feteira com visitantes da Fundação Liga pode servir como modelo a seguir. Poder-se-ão adicionar as mesmas imagens clarificadoras e o sistema de pictogramas que se referiu anteriormente para fortalecer e facilitar os pontos que se pretendem inculcar, tendo em atenção para não sobrecarregar os indivíduos com detalhes por muito que possam ser mais fáceis de entender.

Para as pessoas cegas e com baixa visão, considera-se que poderia ser enriquecedora uma visita em que se reforcem os recursos acessíveis já existentes e futuramente introduzidos com outros que fazem mais sentido com a presença de uma pessoa responsável pela mediação. Uma ideia possível passaria pela replicação da indumentária utilizada pela condessa e pelo conde, nos seus retratos na Sala Amarela/dos Trevos, por pessoas que estejam a usar elementos idênticos ou semelhantes àqueles que constam nas pinturas – bigode falso, cartola e corrente de ouro, no caso do Conde; joalheria e um vestido, no caso da Condessa. Estas peças de vestuário seriam tocadas para depois debater a moda do início do século XX em Portugal, assim como as especificidades dos movimentos artísticos/retratos dessa época.

Outra possibilidade, desta vez na Biblioteca, seria a declamação de textos em Braille. Desta forma, “inverter-se-iam os papéis” – o acesso aos conteúdos só seria possível para pessoas com deficiência visual que tratariam de utilizar a sua voz para partilhá-los com o restante grupo. Incentivar-se-ia a literacia e as diferentes formas de aceder a um texto, enquanto se demonstra e debate a problemática de nem sempre as informações se encontrarem em formatos que promovam a inclusão.

Finalmente, num estágio mais avançado das adaptações físicas do MCCG, por questões de segurança, poder-se-ia organizar uma visita orientada liderada por pessoas com deficiência visual, destacando as suas perceções e dando primazia a aspetos não-visuais que fossem captando ao longo do percurso museológico. Seguir-se-iam deste

modo os exemplos do MCCB, com a atividade “À Descoberta dos Sentidos”¹³ (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, s.d.-a), e do artista e ativista com deficiência visual Carmen Papalia, com a excursão “Blind Field Shuttle” (Visible, s.d.). No caso da primeira atividade, por ocasião do Dia Mundial do Braille de 2014, “a equipa do MCCB dinamizou visitas de olhos vendados, apelando aos sentidos de todos” (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, s.d.-a). Quem aceitou este desafio, foi então guiado no interior do edifício do museu “por pessoas cegas, deixando-se surpreender através de vários estímulos sensoriais” que tiveram o seu auge “com uma original interpretação ao vivo de música e de dança” (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, s.d.-a). Já Papalia conferiu a designação de “Blind Field Shuttle” às visitas guiadas sem componente visual que tem organizado em várias locais e que reúnem várias dezenas de pessoas normovisuais interessadas em experienciar o mundo de outra forma (Visible, s.d.).

Por último, por não se tratar de pessoas com deficiência, mas sim de uma minoria linguística, para ir verdadeiramente ao encontro da comunidade S/surda por meio de visitas agendadas ter-se-ia de contratar, de forma permanente ou periódica, uma pessoa ouvinte ILGP e, seguidamente, um mediador Surdo. Se numa fase inicial se poderiam realizar visitas em português com interpretação em LGP no MCCG, assumindo o sucesso das iniciativas, dever-se-ia transitar rapidamente para visitas em língua gestual com o acompanhamento da ou do ILGP. Baseada nas práticas da CFP (Casa Fernando Pessoa, 2024), entre outros museus, importa mostrar como o MCCG respeita a identidade dos membros da comunidade S/surda, comunicando no seu idioma, e celebra a representatividade, com o apoio de mediadora Surda ou mediador Surdo. Para dinamizar as visitas orientadas, similarmente ao que foi idealizado para as pessoas com deficiência visual, também as pessoas Surdas poderiam narrar em LGP passagens de livros ou textos criados por elas próprias que posteriormente poderiam ser declamados pela pessoa ouvinte ILGP e/ou vice-versa, com as pessoas ouvintes a declamar textos que seriam interpretados em simultâneo. Adicionalmente, dado o gosto do Conde por música, seria interessante terminar uma sessão com um debate sobre o papel desta manifestação cultural para a comunidade S/surda, convidando nomeadamente elementos do Projeto Mãos que Cantam, que interpretam canções em LGP. Este coro de pessoas Surdas

¹³ Existe um filme promocional sobre esta atividade e sobre o museu que pode ser visualizado através de <https://www.youtube.com/watch?v=L3q-AbDmN-Y&t=90s>

inclusivamente já realizou um concerto numa das bibliotecas do concelho, por isso seria uma excelente oportunidade para retomar o contacto (Cultura Cascais, sem data).

Considerações finais

Os sete meses ao serviço do MCCG, numa função que o autor ainda não havia ocupado durante o seu estágio profissional ou durante as oportunidades de voluntariado, consistiram em uma experiência decididamente positiva. De longe o contacto com pessoas com deficiência, profissionais de museu e ativistas foi a parte mais apreciada. A possibilidade de averiguar diretamente barreiras e trocar impressões com pessoas que têm lidam diariamente com elas clarificou como é possível resolvê-las. Mesmo nos momentos menos bons, por se ter sido confrontado com a impossibilidade de fazer certas atividades por falta tempo ou orçamento, por exemplo, houve sempre a oportunidade de aprender e de abandonar alguma ingenuidade excessiva causada pela inexperiência. Além disso, as dificuldades sentidas em realizar certas ideias só tornaram mais clara a necessidade de maior investimento em museus locais para os dinamizar e renovar as suas equipas.

Abordando então o museu, tornou-se cada vez mais perceptível que o MCCG é um local com uma importante herança histórica que pode e merece ser explorado de diferentes formas e que o número de visitantes, de facto considerável durante o verão, pela diversidade de interesses, motivações e capacidades que apresentam deve ser utilizado para testar novas atividades. Por outro lado, foi também decepcionante para o autor deparar-se com situações como um ou mais elementos de um grupo de turistas não poder acompanhar familiares e pessoas amigas aos pisos superiores ou por não poder estar tanto tempo em pé e ter de aguardar no exterior. Nesses momentos tornou-se claro que a inacessibilidade ou a exclusão não afeta somente a pessoa com deficiência ou simplesmente mais idosa, mas sim as quem a acompanha. É imperativo melhorar o museu para que possa continuar o seu legado de importante centro cultural de Cascais.

Referências

- ACAPO. (sem data). *VII Encontro — 'O direito a ter direitos': Igualdade perante a lei, autodeterminação e direitos humanos — Presencial e online*. ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. <https://www.acapo.pt/agenda/vii-encontro-o-direito-a-ter-direitos-igualdade-perante-a-lei-autodeterminacao-e-direitos>
- Almeida, M. M. (2012). *Um museu-biblioteca em Cascais: pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona]. <http://hdl.handle.net/10437/4983>.
- Apresentação. (s.d.). *Escolas de Hospital*. <https://escolasdehospital.pt/apresentacao/>
- Ambiente Cascais (s.d.). *Parque Marechal Carmona*. <https://ambiente.cascais.pt/pt/espacos/parques-jardins/parque-marechal-carmona-0>
- Baião, J. (2014). *José de Figueiredo, 1871-1937. Acção e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/13837>
- Bairro dos Museus. (s.d.). *Museu Condes de Castro Guimarães*. <https://bairrodosmuseus.cascais.pt/list/museu/museu-condes-de-castro-guimaraes>.
- Brás, A. I. (2022). *Museu Condes de Castro Guimarães – História, Diagnóstico e Prospetiva para o seu Centenário*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/139262>.

Casa Fernando Pessoa. (2024, agosto 28). *Casa Fernando Pessoa faz protocolo de cooperação com Federação Portuguesa das Associações de Surdos*.
<https://casafernandopessoa.pt/pt/cfp/info/noticias-publicacoes/casa-fernando-pessoa-faz-protocolo-de-cooperacao-com-federacao-portuguesa-das-associacoes-de-surdos>

Coelho, C. A. (2015). *Turismo acessível para todos, um paradigma emergente e um desafio para a oferta turística. O caso dos espaços museológicos e empreendimentos turísticos de Cascais*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril]. <http://hdl.handle.net/10400.26/18924>

Cultura Cascais. (s.d.). *MÃOS QUE CANTAM – Coro de pessoas surdas*.
<https://cultura.cascais.pt/noticias/noticias/maos-que-cantam-coro-de-pessoas-surdas>

d’Orey, L. (2008). Coleção de Ourivesaria. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro (pp. 135-145)*. Câmara Municipal de Cascais.

Escola do CMRA. (2024, maio 1). O sonho comanda a vida. *Escolas de Hospital*.
<https://escolasdehospital.pt/2024/05/01/o-sonho-comanda-a-vida/>

Explore Museu Condes de Castro Guimarães | Cascais in 3D. (s.d.). Matterport.
<https://my.matterport.com/show/?m=CceQeQmwYPG>

Faggin, Ana Cristina Carvalho Mattei. Em M. de J. Monge (Ed.), *10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal (pp. 43-50)*. Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura.
<https://biblioteca.patrimoniocultural.gov.pt/Catalogo/winlibimg.aspx?&doc=4&img=6>

- Falcão, I. (2008). Coleção de Pintura. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro* (pp. 75-99). Câmara Municipal de Cascais.
- Fortuna, T. (2023, janeiro 3). Desapareceram 700 mil pessoas com deficiência ou incapacidade nos censos 2021. *Expresso*. <https://expresso.pt/opiniao/2023-01-03-Desapareceram-700-mil-pessoas-com-deficiencia-ou-incapacidade-nos-censos-2021-42957367>
- Henriques, J. A. (2016). Fausto Figueiredo e o sonho do Estoril. Em C. Carvalho, J. M. Henriques (Eds.), *Os 100 Anos do Projeto Estoril: 1914-2014* (pp. 26-47). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril & Câmara Municipal de Cascais. https://biblioteca.cascais.pt/bibliotecadigital/DG412/DG412_item1/DG412_PDF/DG411_PDF_24-C-R0300/DG412_0000_Obracompleta_t24-C-R0300.pdf
- Henriques, J. M. (2014). *Cascais: 650 anos de História*. Câmara Municipal de Cascais. https://biblioteca.cascais.pt/bibliotecadigital/DG35/DG35_item1/DG35_PDF/DG35_PDF_24-C-R0300/DG35_0000_capa-cap_a_t24-C-R0300.pdf
- Henriques, J. M. (2016). Breve História do (vilegia)turismo no eixo Cascais-Estoris [1868-1931]. Em C. Carvalho, J. M. Henriques (Eds.), *Os 100 Anos do Projeto Estoril: 1914-2014* (pp. 7-25). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril & Câmara Municipal de Cascais. https://biblioteca.cascais.pt/bibliotecadigital/DG412/DG412_item1/DG412_PDF/DG411_PDF_24-C-R0300/DG412_0000_Obracompleta_t24-C-R0300.pdf
- Hutchinson, R., & Eardley, A. F. (2023). ‘I felt I was right there with them’: The impact of sound-enriched audio description on experiencing and remembering artworks, for blind and sighted museum audiences. *Museum Management and Curatorship*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/09647775.2023.2188482>

- ICOM Portugal. (2022, agosto 24). *Definições*. ICOM International Council of Museums Portugal. <https://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>
- Júdice, M. A. (2008). Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro* (pp. 63-67). Câmara Municipal de Cascais.
- Lauria, A. (2017). Tactile Pavings and Urban Places of Cultural Interest: A Study on Detectability of Contrasting Walking Surface Materials. *Journal of Urban Technology*, 24(2), 3–33. <https://doi.org/10.1080/10630732.2017.1285096>
- Leandro, S. (2008). Da Torre de S. Sebastião ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro* (pp. 11- 41). Câmara Municipal de Cascais.
- Lima, A. R. O. (2016). *Acessibilidade nas mãos: Património histórico acessível para pessoas surdas* [Dissertação de Mestrado, FEUC]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/31856>
- Matos, M. A. P. de. (2008). Colecção de porcelana chinesa. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro* (pp. 147-155). Câmara Municipal de Cascais.
- MobiCascais. (s.d.). *Serviços Mobi Autocarros*. <https://mobi.cascais.pt/servicos/autocarros>
- Monge, M. de J. (2019). 10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal. Em M. de J. Monge (Ed.), *10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal* (pp. 9-15). Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura. <https://biblioteca.patrimoniocultural.gov.pt/Catalogo/winlibimg.aspx?&doc=4&img=6>

- Museu da Comunidade Concelhia da Batalha. (s.d.). *À descoberta dos sentidos*.
<https://www.museubatalha.com/pt/video/14/a-descoberta-dos-sentidos>
- Museu da Comunidade Concelhia da Batalha. (s.d.). *Livro Multiformato*.
<https://www.museubatalha.com/pt/recursos-de-acessibilidade-livro-multiformato/1554/saltos-no-tempo-uma-visita-especial-ao-mccb-/>
- Pereira, P. (2008). Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro* (pp. 69-73). Câmara Municipal de Cascais.
- Pinto, P. C., Bento, S., Pinto, T. J., & Neca, P. (2023). *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2023*. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos.
<https://drive.google.com/file/d/1GWbFaUIt0wuOXVoKo5tFAxhDsZWzA1pc/view>
- Ponte, A. (2019). Categorização de casas-museu. Em M. de J. Monge (Ed.), *10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal* (pp. 17-34). Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura.
<https://biblioteca.patrimoniocultural.gov.pt/Catalogo/winlibimg.aspx?&doc=4&img=6>
- Pordata. (2023). *População residente segundo os Censos: total e sexo*.
<https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela/5839123>
- Proença, J. A. (2008). Coleção de Mobiliário. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro* (pp. 113-133). Câmara Municipal de Cascais.

- Rodrigues, Elsa. Apresentação. *Em M. de J. Monge (Ed.), 10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal (pp. 7-8)*. Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura.
<https://biblioteca.patrimoniocultural.gov.pt/Catalogo/winlibimg.aspx?&doc=4&img=6>
- Salasar, D. N. (2024). Do que falamos quando falamos em Capacitismo nos museus? *Boletim ICOM Portugal*, 21, 28–35.
- Silva, R. H. da. (2010). *Arquitectura de Veraneio: Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.
https://biblioteca.cascais.pt/bibliotecadigital/DG18/DG18_item1/DG18_PDF/DG18_PDF_24-C-R0150/DG18_ObraCompleta_t24-C-R0150.pdf
- Silva, V. (2008). O Jardim do Conde de Castro Guimarães. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro (pp. 43-51)*. Câmara Municipal de Cascais.
- Simão, J. M. P. (2016). *Mobilidade e acessibilidade no centro de Cascais*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/11067/2235>
- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. (s.d.). *Palácio do Conde de Castro Guimarães / Torre de São Sebastião*.
http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6066
- Soromenho, Miguel. (2008). A Capela de S. Sebastião. Em A. Carvalho (Ed.), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: Roteiro (pp. 53-61)*. Câmara Municipal de Cascais.

Sousa, H., & Vlachou, M. (2020). *A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade* (M. Vlachou & Acesso Cultura, Eds.). Câmara Municipal de Lisboa. https://accessocultura.org/wp-content/uploads/2020/10/manual_plano-de-acessibilidade.pdf

Visible. (s.d.). *Blind Field Shuttle*. <https://www.visibleproject.org/project-4/blind-field-shuttle/>

Ziebarth, B., & Majewski, J. (2022). Museum Crip Space, By Any Other Name. *Journal of Museum Education*, 47(2), 179–191. <https://doi.org/10.1080/10598650.2022.2077068>

Anexos

Anexo I – População residente em Cascais à data dos Censos de 2021

Período de referência dos dados	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024)		População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal	
			Sexo	
			HM	
			Idade	
			Total	
			N.º	
2021	Cascais	1105	214124	

Anexo II - Entrada do Parque Marechal Carmona com desnível de passeio



Anexo III – Relatório do evento “Conversas na Torre de São Sebastião | Encontro sobre Acessibilidade e Inclusão

Relatório do evento¹

Conversas na Torre de São Sebastião

Encontro sobre acessibilidade e inclusão

em museus

13 de abril de 2024

Autoria de Ricardo Filipe,
revisão de Cristina Gonçalves e imagens de Adelaide Palet
Cascais, 23-04-2024

¹ Este relatório segue parcialmente as recomendações da ACAPO relativamente a documentos escritos: o tipo de letra Tahoma, o tamanho de letra 14, o alinhamento à esquerda, o espaçamento entre linhas e parágrafos e a linha vertical orientadora. Consulte-se o site da ACAPO para mais informações: <https://www.acapo.pt/deficiencia-visual/documentos-e-publicacoes/recomendacoes-tecnicas/como-criar-informacoes-escritas>.

Introdução

No dia 13 de abril de 2024, realizou-se no Museu Condes de Castro Guimarães (MCCG) o evento “Conversas na Torre de São Sebastião | Encontro sobre acessibilidade e inclusão em museus.” Esta jornada foi organizada pela equipa do museu em colaboração com Ricardo Filipe, aluno do curso de Mestrado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a desenvolver o seu relatório de estágio no MCCG. Ao longo do dia, estiveram reunidos na Sala da Música ou Vermelha palestrantes com notável experiência nos domínios da acessibilidade e inclusão no património, representantes de organizações de e para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda que desenvolvem a sua atividade no concelho de Cascais e colaboradores de outros equipamentos culturais a cargo da autarquia.

A partilha de experiências pessoais e profissionais, a chamada de atenção para a multiplicidade das necessidades e características específicas dos indivíduos e a sugestão de métodos para o MCCG e, no geral, o património, poder melhorar “para” e ser melhorado “por” todas as pessoas, tenham elas deficiência ou não, eram os principais objetivos do encontro que se dividiu entre a manhã e a tarde desse sábado.

Parte 1 – Apresentação do MCCG

O primeiro momento do encontro ficou a cargo dos anfitriões, Maria Cristina Gonçalves, coordenadora do MCCG e Ricardo Filipe, estagiário.

1

Cristina Gonçalves começou por dar as boas-vindas a todas as pessoas presentes e salientou desde logo a importância de reuniões como aquela por contribuírem para a sensibilização de profissionais que, frequentemente, não têm adequada formação nem experiência para promover a acessibilidade e a inclusão e evitar formas de tratamento e atitudes capacitistas. Dada a sua posição como investigadora do e sobre o museu, o seu contributo consistiu numa contextualização da Torre de São Sebastião, o edifício centenário do MCCG. Narrou-se então a cronologia desde a sua origem como residência de veraneio para Jorge O'Neill e sua família, à venda da casa a Manuel e Maria Ana de Castro Guimarães e as alterações por eles efetuadas – incluindo a instalação do órgão na sala onde decorreu o encontro – e culminando na legação da propriedade e dos terrenos em seu redor ao município de Cascais. Esta análise temporal foi concomitante com o detalhar das características arquitetónicas desta habitação de inspiração medieval, mas na qual se observam também elementos neogóticos, hispano-mouriscos, neomanuelinos, entre outras referências históricas e geográficas, e da apresentação de objetos emblemáticos do acervo do museu, nomeadamente a Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques. Esta primeira intervenção serviu não só para dar uma visão geral do espaço, como também para explicitar como as casas-museu têm de abraçar, mas igualmente lidar, com particularidades que



2

são simultaneamente positivas e negativas. Neste sentido, a coordenadora do MCCG destacou a escadaria de pedra que sendo esteticamente atraente, não deixa de se revelar uma inconveniência por ser a única forma de o público aceder aos pisos superiores.

A Ricardo Filipe coube introduzir as temáticas da acessibilidade e inclusão, apontando a sua relevância na transição para sociedades verdadeiramente



iguais e o papel que os museus devem ter como promotores da diversidade, demarcando-se do seu passado como instituições intolerantes e opressoras. Para demonstrar como os museus, em geral, ainda têm um longo caminho a percorrer para atingirem este estágio, apresentou como estudo de caso o MCCG, descrevendo algumas das suas barreiras físicas – o percurso até ao museu e a estreiteza de certas passagens já no interior –, comunicacionais – o facto da equipa do museu desconhecer como abordar pessoas com deficiência e da comunidade S/surda – e metodológicas – os problemas causados pelas atividades do serviço educativo não terem em consideração as especificidades de quem nelas participa. Não obstante, Ricardo Filipe notou que se verificavam já modificações positivas na atuação do museu, como a existência de uma visita virtual, a seleção de objetos que podem ser tateados, a criação de um breve guia em Braille e a

3

colaboração da equipa do museu com instituições como o Centro de Apoio Social do Pisão (CASP), que inclusivamente teve representantes no evento. Concluiu, acrescentando que o museu deveria investir em algumas das oportunidades que os atributos do MCGG proporcionam, entre os quais a utilização de objetos e pormenores arquitetónicos para tratar temas da História, História de Arte, Literatura ou Música; a coordenação de atividades com outros organismos como o Clube Naval de Cascais, neste caso para a experimentação de atividades náuticas, práticas que o legatário do edifício muito apreciava; e o estabelecimento de parcerias com pessoas com deficiência e da comunidade S/surda e coletividades representativas das mesmas para pensar e realizar atividades habituais, mas de forma mais inclusiva – por exemplo, com pessoas Surdas para acompanhar e mediar visitas orientadas.

Parte 2 – Palestras

Após uma breve pausa para café e troca de impressões, seguiram-se as intervenções das palestrantes convidadas: a Dr.ª Manuela Ralha, vereadora da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e ativista com deficiência, a Arq.ª Carolina Martins, colaboradora da Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML) e a Doutora Daniela Forchetti, investigadora nas áreas da dança e da acessibilidade e sua fusão.

A Dr.ª Manuela Ralha tomou a palavra em primeiro lugar e, ao iniciar o seu discurso, inculcou imediatamente o dever coletivo de se abandonar o adjetivo “especial” para referir tudo o que diga respeito às pessoas com

4

deficiência e à comunidade S/surda. Em oposição, advogou pela acessibilidade universal como ideologia que deve mover a (inter)ação humana por a mesma favorecer todas as pessoas.



Particularizando desde o início a Cultura por ser esta a base do encontro, a Senhora Vereadora definiu a acessibilidade cultural como «um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para as pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos,» destacou a arte como «um instrumento de inclusão social e de formação cultural e social do ser humano» e as instituições culturais como meios para «educar o público para a importância da inclusão e da acessibilidade na arte.» No caso das instituições museológicas, ao enumerar os múltiplos préstimos que as mesmas disponibilizam, evidenciou que são por isso muitas as áreas em que os museus devem assegurar essa mesma inclusão cultural para uma plena e autónoma fruição de todos os indivíduos. Observou, porém, que isso leva na realidade a que sejam numerosos os campos em que estes equipamentos falham na garantia de direitos reconhecidos nacional e internacionalmente.

5

Tirando partido do seu conhecimento de causa no tocante à melhoria dos serviços do Município de Vila Franca de Xira, a Dr.ª Manuela Ralha findou expondo como estes se têm vindo a tornar mais acessíveis e inclusivos. Os investimentos realizados tiveram então como objetivo fomentar a autonomia, tanto *in situ* – facultando-se os conteúdos em vários formatos, seja escritos, falados ou gestuados, e criando-se sinalética acessível, piso podotátil e elementos como maquetas, réplicas e guiões pictográficos nos espaços museológicos –, como através de apostas no meio digital – mapeamento de diversos pontos de interesse do concelho, permitindo uma exploração dos mesmos à distância, e a introdução de tecnologias que possibilitam um acesso igualitário a páginas a cargo da autarquia.

Seguiu-se a Arq.ª Carolina Martins, coordenadora de Projetos de Acessibilidade na PSML e uma das responsáveis pelo reconhecido sucesso do projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor” (PSAM).



A sua comunicação traduziu-se numa explanação de todo o processo de implementação deste programa e, por isso, iniciou-a com a exposição dos principais motivos para o surgimento do mesmo, sendo eles: crer que o acesso deveria (procurar) ser universal, tal como o património

6

sintrense é de interesse mundial; acreditar que se mais pessoas pudessem aceder ao património, mais seriam aquelas empenhadas em preservá-lo; e, pragmaticamente, ter consciência de que quanto mais visitantes houvesse, mais a empresa poderia reinvestir em si mesma. Carolina Martins notou que o processo de aperfeiçoamento da acessibilidade se dividiu em três vertentes: a acessibilidade física, sendo esta a mais desenvolvida, a acessibilidade à informação e a acessibilidade a nível de serviços. Este trabalho contou com o apoio de diversas entidades, como o Turismo de Portugal, em termos de financiamento, a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Associação Portuguesa de Surdos (APS) e a Associação Salvador, para conhecer as experiências de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda e verificar a qualidade das metodologias e dos meios selecionados, a Acesso Cultura, pela sua visão global da acessibilidade no setor cultural e a *European Network for Accessible Tourism* (ENAT), a que se associaram entretanto.

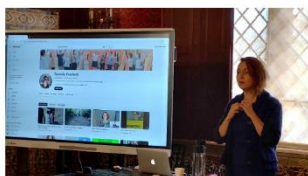
Antes de apresentar as barreiras com que as pessoas se deparavam, Carolina Martins fez menção das dificuldades sentidas pela própria PSML, que passavam pela heterogeneidade de características, quer dos espaços sob a sua alçada, quer dos públicos, e a necessidade de equilibrar as adaptações com a preservação do património classificado, ou, nas suas palavras, «o que se pode fazer quando, na verdade, não se pode fazer grande coisa». Penetrando nos obstáculos propriamente ditos, as inadequações dos pavimentos, dos transportes, dos acessos e da sinalética geravam incompatibilidades em relação à diversidade de visitantes. Em oposição, indicou como medidas mais bem-sucedidas: a utilização de dispositivos de tração acopláveis a cadeiras de rodas

7

(conhecidos como *Swiss-Trac*) para movimentação no exterior e a aplicação de rampas duráveis e permanentes e de plataformas elevatórias verticais e horizontais, em termos da acessibilidade física; a criação de maquetes, maioritariamente policromadas e fiéis ao monumento representado, e de visitas virtuais acessíveis e inclusivas, em relação à acessibilidade à informação; a sensibilização e formação das equipas da PSML de uma forma sistemática e transversal, para modernizar os serviços.

A Arq.^a Carolina Martins encerrou com a ideia de que a maior mudança fora nas mentalidades de todas as pessoas envolvidas, o que conduziu à aceitação da acessibilidade como essencial e aperfeiçoável – «Agora, hoje não dá ainda, mas vai dar», como disse – e com o conselho de divulgar sempre os melhoramentos efetuados.

Completando a sessão da manhã, a Doutora Daniella Forchetti proporcionou um vislumbre da sua atividade como bailarina e audiodescritora, recorrendo a audiovisuais para, por um lado, dar testemunho do seu trabalho e, por outro, não descurar a inclusão de potenciais participantes com deficiência visual, que, de facto, estiveram presentes.



8

A investigadora mostrou então um vídeo do projeto de acessibilidade do Museu Villa-Lobos, no Rio de Janeiro, instituição dedicada à vida e obra de Heitor Villa-Lobos, figura emblemática da música brasileira do século XX. A sua função específica, neste caso, compreendeu a audiodescrição da componente visual para o público cego ou com baixa visão, mas Daniella Forchetti partilhou que a inclusão no Museu Villa-Lobos foi mais abrangente ao trazer ao museu pessoas que desconheciam o artista ou que não se consideravam o público-alvo da entidade. De seguida, visionou-se uma performance audiodescrita realizada no Memorial da Inclusão: Os Caminhos da Pessoa com Deficiência, espaço em São Paulo voltado para a reivindicação dos direitos e para o recontar das vivências das pessoas com deficiência e da comunidade S/surda brasileiras. A dança foi criada pelo "DiDanDa Grupo Experimental de Dança," dirigido por Daniella Forchetti e composto por pessoas com e sem deficiência e da comunidade S/surda e uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para a exposição imersiva "3x4 A Menina do Retrato." Aqui foi possível compreender como a audiodescrição e a interpretação em língua gestual podem ser criadas "com" e não "para" o que se elabora ou se apresenta, tornando a sua presença mais natural.

Os dois últimos vídeos foram utilizados para relatar as pesquisas de Daniella Forchetti, destacando-se o terceiro pela sua utilidade em contexto museológico. Este consistiu numa corporização de uma obra do pintor modernista brasileiro Di Cavalcanti, dançada e audiodescrita pela investigadora para estender o acesso a pessoas com deficiência e da comunidade S/surda simultaneamente visual e auditiva (surdo-cegas) através da possibilidade do tato de uma modelo em tamanho real. De resto, revelou-se um exemplo de como facilitar o acesso a uma obra

9

bidimensional, o que pode ser útil para a sua apreensão mesmo para quem vê e/ou ouve, como públicos mais jovens, com dificuldades na retenção de informação ou na contemplação imóvel de um objeto estático.

De salientar que foi comum a todas as intervenções a descrição física durante a apresentação para que quem se encontrava na reunião pudesse conhecer a fisionomia em circunstâncias tão semelhantes quanto possível, uma prática correta e inclusiva.

Parte 3 – Mesa-redonda e debate

Após o almoço, Cristina Gonçalves e Ricardo Filipe, com o apoio da mediadora cultural do MCGG Laura Feteira e da Doutora Daniella Forchetti,



convidaram à participação das e dos representantes das entidades convidadas – Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Cooperativa de Educação, Reabilitação e Capacitação para a Inclusão em Cascais (CERCICA), Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID), Lar Branco Rodrigues, Boa Vontade Residência Adaptada, Associação

10

novamente e Santa Casa da Misericórdia de Cascais – para debater a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e da comunidade S/surda nos museus. A mesa-redonda foi bastante participada e de entre elogios, críticas e reparos escutados ao longo deste momento de partilha, surgiram algumas ideias-chave que devem ser realçadas.

- Desde logo, por ter permeado toda a conversa, destacou-se a necessidade de interagir diretamente com as pessoas com deficiência e da comunidade S/surda para as conhecer, de utilizar uma linguagem correta, com o emprego das designações e termos apropriados relativamente às pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, de reconhecer as suas capacidades e de compreender que as "suas" limitações são na verdade impostas pelas sociedades que não respeitam as suas características.
- Caracterizou de igual modo a troca de ideias, pelo facto de as instituições serem do concelho ou estarem representadas em Cascais, a noção de que se deveria investir em parcerias entre a Rede Social concelhia e a Câmara Municipal de Cascais / Fundação Dom Luís para benefício concertado de ambas as partes.
- Relativamente aos museus, acordou-se que estes devem ser uma "casa de todos" em que exista convívio de uma grande diversidade de pessoas. Para isso, e dado o tema do encontro, considerou-se essencial a colaboração ativa e permanente com organizações de e para pessoas com deficiência e da comunidade S/surda, pois estas ligações não só permitem divulgar atividades acessíveis e inclusivas, como principalmente conduzem a uma maior capacitação para assegurar a qualidade e a igualdade no

11

acolhimento, na fruição e na criação de conteúdos. Em última instância, poderiam mesmo contribuir para uma inversão dos papéis habituais da ligação entre o espaço museológico e estas associações – o museu passaria de “criador” a “consumidor” do que é criado pelas pessoas.

- Especificando os museus de arte ou que incluam obras artísticas no seu acervo, como é o caso do MCGG, e corroborando o que fora dito durante as três palestras, importa que o acesso seja igualitário, não só fisicamente, mas também à estética do objeto. Além disso, a interação prática, repetitiva e multissensorial com as obras e com o museu e o uso de linguagem clara e acessível foram consideradas boas práticas, principalmente quando os públicos-alvo são pessoas com menor conhecimento das artes.

Visita orientada

A seguir à pausa da tarde, a jornada de trabalho terminou com uma visita informal orientada por Laura Feteira e Ricardo Filipe ao piso térreo do museu, em que foi possível apresentar algumas ideias sobre como as visitas podem ir ao encontro das necessidades específicas dos públicos.

12



Avaliação

Na semana seguinte ao evento, de modo a dar espaço à ponderação, foi solicitado a todas as palestrantes e entidades convidadas que avaliassem o encontro e o museu, no sentido de que a atividade diária do MCGG bem como a realização de encontros pontuais futuros pudessem ser melhoradas de acordo com as suas recomendações. Não tendo sido

13

ainda possível receber todas as respostas, importa destacar alguns dos comentários já recebidos.

A CERCICA mencionou as evidentes falhas na acessibilidade física e, dado o foco do trabalho da sua entidade, considerou que «há muito a fazer no que diz respeito à deficiência intelectual.» Em termos de oportunidades que o museu deve ter em conta, crê que se pode «potenciar as [...] atividades e a inclusão» se se cooperar «com os técnicos que trabalham nas instituições», podendo a supramencionada rede social cascalense «ser uma excelente parceira neste processo.» Adicionou ainda «a mais-valia de realizar projetos de continuidade, que reforçam a fruição e a aprendizagem e permitem que as pessoas com deficiência tenham um papel mais ativo e mais relevante nos Museus.» Não obstante a todas estas questões, ficou muito agradada pelo convite e pela realização do encontro.

A Doutora Daniella Forchetti procedeu igualmente à avaliação da jornada e do espaço, congratulando também ela a equipa pela iniciativa e apresentando as suas sugestões de melhoria, dividindo-as de acordo com a tipologia de barreira.

Em termos de barreiras físicas/arquitetónicas, apelou à demarcação de espaços de estacionamento para pessoas com deficiência nas imediações do museu, à criação de «um passeio delimitado no chão, liso e se possível com um marcador de piso tátil ao centro» na área envolvente do museu (Parque Marechal Carmona/Gandarinha) e à alteração e redução da altura do mobiliário funcional (equipamento do museu e não o mobiliário do seu acervo) para ser mais facilmente acedido. Não

14

ignorou de todo a falta de elevador, mas compreendeu que seria a alteração de maior custo.

No tocante às barreiras comunicacionais, criticou, por um lado, a carência de conteúdos em formato de audiodescrição e em Língua Gestual Portuguesa (LGP), e apresentou, por outro lado, a possibilidade de se «criar um percurso com descrições mais poéticas, como o conde gostava muito de música.»

Por fim, com a introdução de «aparelhos para compartilhar as gravações da audiodescrição, telas para compartilhar a língua gestual e legendas, rampas móveis que pudessem ser colocadas e retiradas à medida que tenham necessidade para degraus menores» (desníveis de portas, por exemplo) reduzir-se-iam as barreiras instrumentais.

Em conclusão, crê-se que este encontro pode ser considerado bem-sucedido e bem acolhido por parte de quem nele participou e o avaliou. Espera-se que esta experiência-piloto dê lugar a eventos similares e a colaborações mais próximas e mais prolongadas com pessoas e organizações como aquelas que estiveram presentes no dia 13 de abril.

15